

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 29 de abril de 2024

Ata N.º 24

No dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte horas e trinta e nove minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal de Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Palmela, sendo a mesma transmitida simultaneamente via internet, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO 1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO 2 – Prestação de Contas 2023

PONTO 3 – Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear - Alteração

PONTO 4 – Projeto de Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização – Aprovação

PONTO 5 – Projeto de Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Palmela - Aprovação

PONTO 6 – Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Palmela - Aprovação

PONTO 7 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado da parcela de terreno sito em Monte Francisquinho – Urbanização Vale Flores, Pinhal Novo

PONTO 8 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto da Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sr. José Carlos Matias de Sousa, pela Primeira Secretária Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa e Segunda Secretária, Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques.

Efetuada a chamada dos membros efetivos da Assembleia Municipal

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. João Manuel da Cruz;
- Sr. Ricardo José de Oliveira;
- Sra. Érica Sofia Caeiro Ribeirinho;
- Sra. Mónica Alexandra Pereira da Costa
- Sr. Carlos Jorge Antunes de Almeida;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa;

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;
- Sra. Patricia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Pedro Miguel Paula Biu;
- Sra. Patricia Isabel Gaspar Valente;
- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares;
- Sra. Maria Clara dos Santos Félix.

Por parte do Movimento Cidadãos pelo Concelho de Palmela (MCCP):

- Sra. Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa;
- Sra. Inês Raquel Guarda de Garcia;
- Sr. Luis Miguel da Silva Marques;
- Sr. Diamantino de Sousa Pereira.

Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Partido (CHEGA):

- Sr. Pedro Miguel Duarte Barão;
- Sra. Cláudia Sofia Sebastião Estevão.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU)

- Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa;
- Sr. João Pedro Alves Ricardo.

Por parte do Partido Socialista (PS)

- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata (PPD/PSD):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do partido Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reizinho de Oliveira Calha;
- Sra. Vereadora Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Roberto José Lopes Cortegano.

Iniciando os trabalhos, o **S. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Ana Filipa Carvalho Gomes de Almeida Ferreira da Costa da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos de força maior, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião** que se encontra presente.
- **Sr. João Pedro Alves Ricardo da CDU**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontra presente.
- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo**, justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Xavier Felicidade tesoureiro da Junta**.
- **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço** que se encontra presente.
- **Inês Raquel Guarda de Garcia do MCCP**, justificou a ausência à sessão, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Carlos Henrique Catalão Alves** que se encontra presente.
- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD**, justificou ausência à sessão, por motivos de assistência à família, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano Piçarra** que se encontra presente.
- **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE**, justificou ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Tomás Anjos Barão** que se encontra presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a **Sra. Sónia cristina Matos Rodrigues Semião**, o **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU**, o **Sr. Rui Manuel Marques Lourenço do PS**, o **Sr. Carlos Henriques Catalão Alves do MCCP**, a **Sra. Mónica Cristina Fernandes David Toscano**

Piçarra do PPD/PSD, e o Sr. Tomás Anjos Barão do BE, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apenas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou o **Sr. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Boa noite a todos e a todas, permitam-me que vos cumprimente, que saúde todos os membros da Assembleia Municipal de Palmela, nesta sessão ordinária, um cumprimento ao Sr. Presidente de Câmara e aos Srs. Vereadores e às Sras. Vereadoras, um voto de rápida recuperação, à técnica que habitualmente faz aqui o apoio à Assembleia Municipal, que é a Ana Paula, e que foi vítima de uma queda, tem para ali uma fratura que precisamos de ter cuidado com a mesma, e, portanto, votos de rápida recuperação.

Queria cumprimentar também, o público presente, os Srs. jornalistas e todos aqueles que nos seguem a distância, assim como os técnicos e técnicas do município, que estão aqui connosco. Esta é uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Palmela, eu diria, se me permitem, que é das duas Assembleias Municipais que fazemos anualmente, uma das mais importantes, numa delas em novembro ou dezembro habitualmente trabalhamos aquilo que é o plano de ação de atividades e as grandes opções do plano para o ano seguinte, e hoje está aqui o Senhor Presidente de Câmara e o restante executivo, a prestar contas, sobre aquilo que se conseguiu concretizar durante o ano anterior, com esta prestação de contas que vai ser aqui discutida durante a sessão. E, portanto, agradecia que tentássemos cumprir na medida do possível, aquilo que são os tempos de intervenção de cada uma das bancadas e de cada um dos períodos correspondentes.

Muito obrigado, tomaremos nota da entrada dos dois membros que não estão ainda presentes na sala, temos quórum. Vamos começar uma sessão ordinária tem como primeiro ponto da ordem de trabalhos, a intervenção do público e, portanto, peço ao público presente, se assim entender, esta será a altura para fazer as intervenções necessárias.

Dirijam-se ao micro se faz favor e apresentem-se dando o seu nome, faz favor".

Período de Intervenção dos Municípes

[Parte da ata só disponível para consulta na Assembleia Municipal, mediante requerimento fundamentado, em virtude de poder conter informação sensível no âmbito do Regulamento Geral de Proteção de Dados]

Período de Antes da Ordem do Dia:

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Não deteto mais nenhum pedido de intervenção nesta fase vamos passar para o período das moções e saudações. Temos uma saudação e uma moção do Partido socialista e uma moção da CDU. Embora a moção da CDU tenha chegado primeiro ia pedir ao Partido Socialista que se lê para intercalarmos as moções, se calhar a saudação ao 1º de Maio Dia do Trabalhador."

Saudação do PS “1º de Maio – Dia do Trabalhador”

Tomou a palavra a **Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha** para apresentar a saudação, que ficará apenas à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito Obrigado.

Está aberta a discussão a esta Saudação ao “1º de Maio Dia do Trabalhador, quem quer intervir?

Ninguém intervém? Votamos.”

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Moção Comemorar_Abril e o 1º de Maio: Defender o Poder Local Democrático e o Espírito de Serviço Público”

Moção da CDU “Comemorar Abril e o 1º de Maio: Defender o Poder Local Democrático e o Espírito de Serviço Público”

Tomou a palavra o **Sr. Ricardo José de Oliveira** para apresentar a moção, que ficará apenas à ata, e que foi admitido por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Moção foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Sobre esta moção apresentada pela CDU, está aberta a discussão, alguém quer intervir?

Tomás Barão, BE.”

O Sr. Tomás Barão do BE:

“O Bloco, obviamente votarei a favor desta moção, assim como votei a favor da anterior e de outras sobre o 1º de Maio e o 25 de Abril. Não apresentei nenhuma moção sobre estes temas, mas creio que é importante deixar isso expresso de forma muito clara, para que esse voto se reflita depois nas medidas concretas e nos detalhes. Ao contrário de alguns partidos que têm assento nesta Assembleia e na Assembleia da República, e que com facilidade aprovam este tipo de mensagens quando são ditas de forma geral, mas depois, quando se trata das questões de direitos laborais, sabemos muito bem, quais são os interesses que defendem. A prioridade deles é a precarização dos direitos laborais, a acumulação de lucro e capital, e acabam por votar contra.

É também importante salientar, não só a ação heroica do Movimento das Forças Armadas durante o próprio dia, as canções que serviram de senha, os cravos nos canos das armas, todas essas questões mais simbólicas, mas também o que aconteceu antes. A resistência diária ao fascismo feita por tantas pessoas, alinhadas partidariamente ou não, durante esses 48 anos de ditadura, e os movimentos de independência das colónias. E também é importante lembrar o que aconteceu depois, pois o 25 de Abril foi um momento inicial de uma

revolução que durou exatamente um ano e onze meses. Creio que muitas vezes isso é esquecido nessas mensagens mais generalistas, e é importante ressaltar. Tenho dito, obrigado."

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Tomás Barão.

Carlos Vitorino do PPD/PSD, se faz favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Muito boa noite, Sr. Presidente da Assembleia, na sua pessoa cumprimento todos os presentes. Uma saudação também para aqueles que nos ouvem à distância.

Referir que, concordando obviamente com os pontos um, dois, três e seis da moção, não concordo com os pontos quatro e cinco. Aliás, como já dissemos várias vezes em relação à questão da reposição das Freguesias de Poceirão e Marateca, elas tiveram salvo erro, oito anos para o fazer, mas nunca o fizeram. E mais uma vez, vem-se aqui com essa questão. Sendo que nós sabemos o que é que aconteceu da última vez a tal poderia ter sido concretizado, iremo-nos abster.

Já agora, estranhar que de facto na deliberação, apesar a moção falar no 1º de Maio, não haja nenhuma referência objetiva ao 1º de Maio na deliberação em si, disse."

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Pedro Barão Chega, se faz favor."

O Sr. Pedro Barão do CH:

"Boa noite, Sr. Presidente.

Permita-me na sua pessoa cumprimentar todos que estão aqui presentes e que nos seguem a partir das plataformas streaming.

O nosso sentido de voto será o da abstenção, vai muito aqui ao encontro do que o colega Carlos Vitorino falou, concordamos com os pontos aqui indicados, mas não concordamos com o ponto quatro e o ponto cinco o que nos leva aqui a abster na votação desta moção."

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não? Votamos."

Submetida a Moção votação, foi a mesma aprovada, por maioria com vinte e cinco votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP) e cinco abstenções (três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Presidente da Mesa:

""Passamos à Saudação ao 25 de Abril, apresentada pelo Partido Socialista."

Saudação do PS "Ao 25 de Abril"

Tomou a palavra o **Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho**, para apresentar a saudação, que ficará apensa à ata, e que foi admitida por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

Sobre a Saudação foram efetuadas as intervenções que seguidamente se transcrevem.

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Está aberta a discussão para esta saudação ao 25 de Abril.

Alguma intervenção?

Cecília Sousa se faz favor."

A Sra. Cecília Sousa da CDU:

"Sr. Presidente da Assembleia, considere em si os cumprimentos a toda esta Assembleia e a quem nos assiste. Apenas para referir que a CDU vai votar a favor desta moção porque defende os valores de Abril e vê refletidos nela os valores de Abril. E, ao contrário de outras posições que têm vindo a esta Assembleia Municipal, eu quero lembrar que nós cumprimos a nossa palavra e defendemos a palavra e os valores de Abril. Bancadas que, quando da desagregação das freguesias, votaram aqui neste plenário favoravelmente à desagregação das Freguesias de Poceirão e Marateca, e até referiram a questão da proximidade e do Poder Local, hoje abstém-se porque não concordam com essa situação. Mas nós mantemos aquilo que acreditamos e defendemos que o 25 de Abril será sempre. Obrigada. "

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais alguma intervenção?

Carlos Vitorino, faz favor."

O Sr. Carlos Vitorino do PPD/PSD:

"Tinha referido que iremos votar favoravelmente, não deixando, no entanto, de discordar de um dos parágrafos aqui reconhecidos. Digo que iremos votar favoravelmente, mas não concordo com o parágrafo que diz: 'Hoje os inimigos da Democracia e da Liberdade estão na própria Assembleia da República'. Não nos parece, de facto, que seja algo cordial, por quê? Porque o parágrafo seguinte até explica a situação, de facto, sempre tivemos extremismos.

Quem esteve contra a Europa, quem esteve contra a NATO, quem esteve, inclusivamente, quando falamos da lei da unidade sindical que o Partido Socialista aqui refere e muito bem, havia quem nos quisesse forçar a ter um sindicato único, quase um herdeiro das antigas cooperativas. Portanto, sempre tivemos extremismos e, de facto, é melhorando a pedagogia democrática, é resolvendo os problemas concretos das pessoas, é no fundo, dizer que as medidas mais emblemáticas que fomos conquistando, como o Serviço Nacional de Saúde, de nada nos servem se ele não funcionar, os Serviços Públicos a funcionar, tudo isso é importante, mas também a segurança das pessoas. O clima de insegurança gera medo e o medo, por vezes, faz com que haja extremismo. Aliás, como verificamos nas últimas eleições, em certas regiões do Alentejo, a transferência de votos foi precisamente de um extremo para o outro. Portanto, acho que é o resolver, de facto, esses problemas que fazem cumprir Abril.

Disse.”

O Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não tenho mais nenhuma intervenção?

Pedro Barão faz favor.”

O Sr. Pedro Barão do CH:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

O nosso sentido de voto será favorável.

Queria deixar só aqui uma nota, neste caso ao Sr. Presidente, a nossa bancada não recebeu estas saudações recebemos a moção da CDU, não recebemos estas, fomos hoje surpreendidos aqui, não sei se isto foi devido ao acidente da Ana Paula...”

O Presidente da Mesa:

“Não receberam?

Eu tenho de vos pedir desculpa.”

O Sr. Pedro Barão do CH:

“Eu acreditei que sim, por isso é que deixei esta nota para o fim...”

O Presidente da Mesa:

“Só uma nota, ninguém recebeu? receberam hoje por e-mail as saudações?

Então houve aqui um lapso, faltou chegar ao Chega, peço desculpa, o MCCP também não recebeu? Então pronto houve aqui alguma coisa, peço-vos desculpa.”

O Sr. Luis Marques do MCCP:

“Não tem qualquer problema.”

O Sr. Pedro Barão do CH:

“Sim, é compreensível.

Voltando aqui à questão que foi abordada em relação à saudação anterior eu acho que o colega foi claro sobre o ponto cinco, acho que não vale a pena estar aqui a levantar novamente essa questão.”

O Presidente da Mesa:

“Peço-vos desculpas.

“Houve um acidente que eu tive ocasião de referir logo de início com a Ana Paula e, portanto, estas moções que não chegarão aos serviços na sexta-feira, como a da CDU, que eu tive a ocasião de dizer que tinha sido a primeira a chegar e que foi remetida na sexta-feira, todas as que chegaram depois disso, eventualmente não

terão sido remetidas, foi o caso. E, portanto, peço-vos desculpas, eu não sabia. Podíamos eventualmente ter dito isso e eu ter informado desse facto.

Vamos votar então, se faz favor."

Submetida a Saudação a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE).

O Presidente da Mesa:

"Ainda estamos no Período Antes da Ordem do dia, mas temos uma hora de sessão, gostava de vos alertar para isso e neste Período antes da Ordem do dia gostava de saber se há intervenções de alguma das bancadas?

Clara Félix faz favor."

A Sra. Maria Clara Félix do PS:

"Boa noite, na pessoa do Sr. Presidente saúdo todos os presentes e aqueles que nos assistem à distância.

O Partido Socialista tem aqui um destaque para uma das comemorações das muitas atividades que enaltecem a celebração dos "50 Anos de Abril" e passo a ler:

No âmbito das "Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril" a bancada do Partido Socialista quer destacar a Opera, o Presidente da Associação de Estudantes ganhou uma viagem para o Brasil, que, teve como palco o Largo de São João em Palmela.

Este espetáculo, nasceu do engenho e arte das gentes de Palmela, como o Jorge Salgueiro e o Diogo Faro e contou com a participação das várias Coletividades do Concelho, como os Loureiros a Humanitária e também com o Conservatório Regional, a Sociedade de Instrução Musical de Quinta do Anjo e a Sociedade Filarmónica União Agrícola do Pinhal Novo, e, contou ainda com a presença do Coro Setúbal Voz e do Conservatório Regional de Setúbal.

No canto, na música, na dança e na representação jovens e menos jovens, alguns, sem qualquer antecedente de palco ou espetáculo são de louvar seu excelente desempenho ao ar livre, com entrada livre e em noite de celebrar "Abril", foi com mestria e arte que abordaram diversos temas de grande pertinência como o bullying, homofobia, racismo, xenofobia e a luta pelos direitos das mulheres. E porque este espetáculo de uma forma ou de outra, envolveu e incluiu toda a comunidade proporcionando uma sensação de total emoção a todos os que assistiram.

O Partido Socialista, saúda todas e todos que tornaram este momento cheio de luz e esperança.

Parabéns a todos."

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Claúdia Estevão do CH."

A Sra. Cláudia Estevão do CH:

Boa noite a todos.

Nós trazemos uma questão que nos foi colocada por um cidadão que não teve a oportunidade de estar aqui hoje presente e que eu passo a descrever:

Este cidadão tem por nome João Lopes, ele ao passar com a sua viatura na Estrada Nacional 379, Km 1, sentido Palmela Moita no dia vinte e dois de janeiro, sofreu um acidente porque levou o abate do piso. A partir do momento que isso aconteceu a viatura ficou imobilizada e não teve mais oportunidade de funcionar.

A Câmara fez a avaliação através de técnicos municipais e informou este cidadão que este abatimento do piso se relacionou com uma intervenção relacionada por uma entidade externa ao município, a Simarsul.SA.

Este cidadão já fez chegar toda a documentação solicitada à Câmara, especificamente ao Departamento de Ambiente e Serviços Urbanos Divisão de Infraestruturas Viárias e Espaço Público, durante os meses de janeiro e fevereiro.

Este cidadão tem realizado várias diligências junto desse Departamento para obter alguma resolução ou informação sobre o seu problema e a informação que lhe é dada é que o processo se encontra a aguardar despacho.

Este cidadão alega que tem esta única viatura para se deslocar para o trabalho, trabalha num sítio que não tem transportes públicos fáceis e neste momento depende de amigos e de colegas de trabalho.

Face ao descrito, o que gostávamos de tentar saber é se a Simarsul.SA, na intervenção indicada se, se encontrava a prestar um serviço à Câmara e se isso for positivo qual será a data que o executivo entende como razoável para responder ao problema deste cidadão.

Obrigada."

O Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Temos mais uma intervenção a 2ª Secretária Dulce Marques, que agora de 2ª secretária passa a membro."

A Sra. Dulce Marques do PS:

"Muito obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os presentes e quem nos acompanha na sua pessoa.

Não querendo ocupar muito o tempo de todos, uma questão muito prática que era questionar:

Quem é que faz exatamente a exploração da "Casa Mãe Rota dos Vinhos"?

Isto porque é um assunto que é trazido aqui várias vezes, já foi abordado e efetivamente eu fui questionada em dois momentos há relativamente pouco tempo e eu não consegui responder, tentei ir ao site, fiz alguma pesquisa e não consigo responder. Isto porque, a propósito dos horários que são praticados na Casa Mãe, nomeadamente até em dias feriados com horário reduzido e agora que começa o bom tempo, mesmo a uma sexta-feira às 19 horas as pessoas são convidadas a abandonarem o espaço porque Às 19 horas a esplanada necessita de ser arrumada e não tendo assim tanta oferta aqui em Palmela nomeadamente no Largo de São João e em momentos até como o dia vinte e quatro de abril que também esteve encerrado a Casa Mãe, num momento de celebração e com tanta gente presente.

Como disse, estar fechado em horário reduzido a dias feriados e em momentos de férias... até que ponto não poderia ser interessante haver uma rotatividade de horários e permitir ou alargar o tempo de utilização e de funcionamento do espaço?

E também, por curiosidade, quando se faz uma pesquisa no site, aparece algo como "Comboio a partir de Lisboa", passo a ler muito sinteticamente: "*Apanhar o comboio numa das seguintes estações: Roma, Areeiro, Sete Rios, etc, com direção a Setúbal. Ao sair da estação apanhar autocarro para Palmela para chegar à Casa Mãe Rota dos Vinhos, suba a escadaria em direção ao Largo de São João. E depois diz: Nota: Estação ferroviária em Palmela Localizada em Aires, local ainda com reduzidas infraestruturas ao nível de interpassos esta opção implica caminhar cerca 2,5 Km, podendo apanhar o autocarro na Estrada Nacional*".

Não é muito facilitador da deslocação e da procura deste recurso.

Disse obrigada.”

O Presidente da Mesa:

“Obrigado, ficará a nota com certeza.

Mais alguma intervenção?

Pedro Biu, faz favor.”

O Sr. Pedro Biu do PS:

“Boa noite, permita-me na pessoa do Sr. Presidente, cumprimentar todos os presentes.

Foi exatamente no espetáculo no 24 de Abril, no qual orgulhosamente participei, que, não o posso deixar de o dizer, reparei que há um problema com a iluminação com o Castelo de Palmela. Há uma parte central que está apagada e uma lateral também. Não sei se foi uma avaria. Estive ali três horas sentado de noite a apanhar frio, independentemente do excelente espetáculo que tivemos, deu tempo para repararmos nisso. E porque estava sentado de frente, tirando isso, não tinha reparado.

Muito Obrigado.”

O Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não há mais nenhuma intervenção?

Patricia Caixinha para fechar faz favor.”

A Sra. Patricia Caixinha do PS:

“Obrigada, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, queria colocar uma questão, tendo em conta que chegou à autarquia um pedido de ajuda de alguns munícipes de Olhos de Água. Eles reportaram uma série de ataques de cães ocorridos há cerca de duas semanas, que causaram grandes prejuízos, nomeadamente, falaram em centenas de galinhas mortas por esses cães e até a destruição de vedações das propriedades privadas para que os animais conseguissem entrar. Foi feita queixa à GNR, mas, como é de esperar, quando os agentes chegaram ao local, os cães já não estavam lá. No entanto, é certo que esses animais continuam a deambular por aquela zona, o que coloca um grande risco, não só para os animais, mas também para as pessoas.

Gostaria de saber se a autarquia tem conhecimento desta situação e o que pode ser feito, uma vez que a GNR está limitada pela impossibilidade de visualizar os animais quando as queixas são feitas. Disse, obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigada.

Fechamos este período, Sr. Presidente de Câmara faz favor há três questões fundamentais.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado.

"Relativamente ao processo do município, acerca do acidente ocorrido devido ao abatimento do piso na EN379, causado por uma infraestrutura da concessionária Simarsul, vamos procurar identificar o assunto. No entanto, devo dizer desde já que acho estranho que os serviços municipais tenham aceite o caso e tentado tratá-lo, solicitando documentos e outros elementos, quando, na realidade, nem a estrada é de competência da autarquia, já que é nacional, nem a Simarsul está sob nossa tutela.

Vamos tentar averiguar a situação. Está aqui o Sr. Diretor, que é responsável pela Rede Viária e pelos serviços de Água e Saneamento. Se nos puder fornecer o nome completo ou o e-mail do município, podemos verificar no nosso sistema e tentar contactar a Simarsul, o que pode explicar a demora na resposta.

Procuramos agilizar o processo, mas é importante deixar claro que, como referiu, este caso é diferente de um acidente numa estrada municipal, onde temos total competência para agir, com nossos próprios prazos, informações técnicas, acionamento dos seguros, etc. Neste caso concreto, posso garantir-lhe que vamos dar toda a atenção necessária ao assunto e, se nos fornecer mais elementos, o Sr. Diretor procurará sinalizar e encaminhar a situação de forma adequada.

-A Casa Mãe Rota dos Vinhos é gerida pela Associação Rota dos Vinhos da Península de Setúbal, que tem uma estrutura com eleições, sócios e uma direção. Atualmente, a presidência está a cargo da Adega Cooperativa de Palmela, e o município tem feito sempre parte dessa direção. Várias vezes, o município colocou a questão do alargamento do horário de funcionamento da Casa Mãe, e essa sugestão foi acolhida, com algumas alterações já feitas ao longo do tempo.

No entanto, há aspetos a considerar. A Casa Mãe tem um horário de funcionamento estabelecido e, para isso, existe um quadro de pessoal, com funcionários que têm de cumprir horários de trabalho e de descanso. Durante certas épocas do ano, há um aumento significativo de trabalho, especialmente nas encomendas, que não se limitam apenas ao atendimento ao público, mas também envolvem a preparação e envio de encomendas. Nesses períodos, é difícil ampliar ainda mais o horário sem afetar o bem-estar e a qualidade de vida dos colaboradores, pois precisa de haver um equilíbrio entre a demanda e a capacidade de atendimento.

Há também outros empresários em Palmela, nomeadamente no setor hoteleiro, que optam por fechar às 15h ou às 19h, pois não consideram que seja vantajoso manter os seus espaços abertos por mais tempo. Embora o município tenha procurado influenciar essa decisão para que o horário de funcionamento seja alargado, já houve algumas mudanças, como a alteração do dia de descanso e o alargamento do horário ao fim da tarde durante o verão.

Mas nós, procuramos influenciar no sentido de alargar mais, também já foi mudado o dia de descanso, no verão alargou o horário ao fim da tarde. Poderemos fazer chegar o assunto, mas acho que já se esticou ao máximo esta questão e nós não interferimos nestas opções de gestão da associação, aconselhamos, damos a nossa opinião, sabemos que as coisas têm que ter um equilíbrio económico e financeiro.

-Relativamente ao "Espetáculo de 24 para do 25 de Abril", felizmente pensando nisso e noutras coisas, olhe! Tivemos o apoio do nosso Movimento Associativo que teve todo o gosto em estar presente e fazer também a venda de bebidas e petiscos, que é sempre uma excelente fonte de receita e, portanto, ninguém deixou de beber um moscatel ou outra bebida qualquer que eu não sinalizo porque eu só falo de coisas que constituem a marca de Palmela.

- Sobre a questão da iluminação, caro Pedro Biu, de facto há uma avaria numa zona entre a muralha da Torre de Menagem e a área da Pousada. Estamos a tentar localizar a origem do problema, mas tem sido difícil encontrar a falha. Além disso, há outras zonas no Castelo que também precisam de reposição da iluminação, o que exige uma empreitada que estamos a preparar. Para avançarmos com o trabalho, precisamos de conhecer com precisão onde é que cada ligação ocorre, quais são os materiais necessários e como isso foi afetado pelo incêndio anterior. De facto, atrasámos um pouco este processo para conseguir resolver a questão da iluminação da frente, que é igualmente urgente.

Para isto, vamos precisar de apoio técnico especializado, porque, embora possamos contar com os nossos eletricitas e engenheiros eletrotécnicos, acreditamos que será necessário envolver mais especialistas para resolver o problema de forma eficaz. O nosso objetivo é, especialmente até às Festas das Vindimas, ter tudo em pleno funcionamento, mas, como é um processo técnico complexo, vamos ver como conseguimos avançar."

-Patrícia Caixinha, a questão do ataque dos cães à senhora vereadora não me é conhecida, mas isso não significa que o assunto não tenha dado entrada nos nossos serviços. Vamos procurar apurar. O nosso Centro de Recolha Oficial de Animais também tem limitações, dado que o concelho tem uma área vasta de 465 km² e, infelizmente, muitos animais são abandonados.

No entanto, já implementámos um parque para matilhas, que é o único da Península de Setúbal ou mesmo da região, destinado precisamente a esses animais mais assilvestrados. Naquela zona, com as quintas, as fazendas e os terrenos abandonados, a reprodução dos animais acaba por ser um problema. Quando esses animais ficam com fome, as situações como as que mencionou acabam por ocorrer. Vamos tentar identificar a origem do problema.

Relativamente à GNR, a senhora vereadora recorda muito bem que foi feita queixa. A GNR, aliás, costuma pedir a nossa colaboração em situações como esta. Temos ações conjuntas com a brigada da GNR, e, inclusive, esta tarde estivemos a fazer um trabalho nesse sentido.

Vamos dar atenção a esse assunto, mas seria importante que as pessoas também nos sinalizassem os locais exatos, pois assim conseguiremos atuar de forma mais eficaz. A zona dos Olhos de Água, por exemplo, é uma área onde frequentemente aparecem animais errantes, e mesmo na semana passada, ao visitar uma central fotovoltaica na Quinta do Anjo, observámos alguns animais abandonados. Sabemos que muitos desses animais vêm da Carrasqueira ou até de zonas próximas como Pinhal Novo e a Quinta das Flores. Vamos procurar dar a devida atenção a este problema, mas é bom que as pessoas sinalizem o local para nós podermos responder."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

"Fechamos assim este período antes da ordem do dia e passamos à apreciação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 29 de fevereiro de 2024, ata número 23. Até ao momento, não foi registada nenhuma nota de alteração aos serviços. Vamos proceder à votação agora. No entanto, se durante os próximos cinco dias alguém identificar algum ponto a corrigir, os serviços estarão disponíveis para fazer as alterações necessárias, para termos a ata definitiva. Mas, para já, teremos que votar a ata hoje."

A Ata número vinte e três, de vinte e nove de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, foi aprovada, por unanimidade, com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um do BE)

Período da Ordem do Dia

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto número um, Sr. Presidente se faz favor."

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Presidente da Câmara:

A concretização de todas as tarefas inerentes à organização das Eleições Legislativas de 10 de março, no Concelho de Palmela, incluindo o voto antecipado/em mobilidade, implicou um processo complexo e transversal, que exigiu a constituição de uma equipa multidisciplinar, com o envolvimento de mais de uma centena de trabalhadoras/es. Imediatamente a seguir ao ato eleitoral, esta equipa iniciou o processo de preparação para

as Eleições Europeias de junho, com a introdução de uma nova componente tecnológica, nomeadamente, a utilização de Cadernos Eleitorais Desmaterializados.

A publicação da Lei 10/2024, de 8 de janeiro, e respetivas portarias, que procederam à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria, exigiu da Organização uma ampla análise e aferição das implicações nos Serviços *Online*, adaptação de formulários e procedimentos e realização de configurações aplicacionais. Teve início, neste período, o procedimento com vista à necessária alteração do Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela.

A par da implementação da nova *intranet*, com mais funcionalidades e um *layout* mais intuitivo e adaptado às necessidades de comunicação interna, foram, também, instalados novos terminais de ponto nas escolas, para registo da assiduidade das/os trabalhadoras/es afetas/os à Autarquia.

No que respeita a recursos humanos, foi operacionalizada, pelo segundo ano consecutivo, a medida de valorização remuneratória aplicável a trabalhadoras/es na categoria de Assistente Operacional, com 30 anos de carreira, e procedeu-se à elaboração da lista nominativa de transição e reposicionamento remuneratório na carreira Técnica Superior, com efeitos a 1 de janeiro deste ano. A formação continua a assumir um papel estrutural na capacitação e valorização das pessoas, sendo de realçar a conclusão de duas ações de grande importância para responder a necessidades específicas da Organização e reforçar as equipas - o curso para integração na Carreira Especial de Fiscalização e o curso de Canalizadores – e formações de atualização em áreas como a alteração do Regime Jurídico na Área Urbanística, com a participação de mais de uma centena de pessoas, o Regime de Férias, Faltas e Licenças ou Sinalização Temporária. Regista-se, ainda, como muito positiva a participação de 25 trabalhadoras/es no processo RVCC em curso, para obtenção do 12.º ano de escolaridade.

Num momento em que se verifica o aumento da capacidade de executar pequenas reparações por administração direta, nos edifícios de serviços e equipamentos públicos, e apesar do processo de transferência de competências na área da Saúde não estar, ainda, concluído, tiveram início pequenas obras de conservação na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP) de Pinhal Novo - Praça do Ultramar e na UCSP de Brejos do Assa.

O projeto participativo “Semanas das Freguesias” destacou Pinhal Novo (fevereiro) e Quinta do Anjo (março), com programas de trabalho descentralizado muito intensos, em parceria com as respetivas Juntas e forte envolvimento dos agentes locais. Destaque para as Mostras de Projetos, que permitiram apresentar o investimento em curso e previsto para estes territórios, esclarecer e acolher sugestões da população. O Dia Internacional da Mulher inspirou atividades para os públicos interno e externo, numa perspetiva de promoção dos Direitos Humanos e de Inclusão Social, sendo de realçar as sessões sobre “Igualdade e Cidadania” com turmas do 9.º ano, integradas no projeto “Quinzena dos Afetos”, da EB Hermenegildo Capelo (Palmela), e a primeira edição do programa “Palmela Março Mulher”, com exposições, espetáculos, debates, encontros temáticos e outras atividades, numa parceria com a SEIES - Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social.

Neste período, decorreu o procedimento relativo à empreitada de execução do Posto Territorial da GNR de Poceirão e, em parceria com a plataforma “Intervir”, o Município coorganizou e participou nas primeiras Jornadas de Risco Biológico. A Academia da Proteção Civil desenvolveu ações de sensibilização e prevenção de riscos junto de utentes e funcionárias/os das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e das turmas de 10.º ano da Escola Secundária de Palmela. Foram realizadas reuniões com as três Associações Humanitárias de Bombeiros do Concelho para avaliação da atividade desenvolvida em 2023 e análise de questões operacionais 2024, bem como preparação do programa comemorativo do Dia Municipal do Bombeiro. Para travar o aumento do número de ninhos de Vespa Asiática, foram colocadas armadilhas, para captura e monitorização.

Inaugurado o espaço multiusos da EB n.º 2 Olhos de Água, regista-se, também, a conclusão da instalação de equipamentos de Espaço de Jogo e Recreio (EJR) e pavimentos sintéticos nas EB Palmela 2, Algeruz-Lau, António Santos Jorge (Pinhal Novo) e José Saramago (Poceirão). Dando cumprimento à medida de alargamento do número de bolsas de estudo a atribuir no presente letivo, realizou-se a cerimónia de entrega simbólica de 74 Bolsas - 42 para o ensino secundário, duas para cursos de especialização tecnológica e 30 para o ensino superior. No âmbito da Operação Integrada Local (OIL) Poceirão/Marateca, teve início a formação em metodologia *STEAM* para 18 docentes do Agrupamento de Escolas José Saramago (Poceirão) e foi lançado

procedimento de aquisição de equipamento para os futuros Laboratório de Educação Ambiental e Mini Adega da EBS José Saramago. Em março, concluiu-se o 2.º curso “Aprender a Nadar” deste ano letivo, com a participação de 564 alunas/os, de 29 turmas, e decorreu o primeiro período da Fase Inter Escolas dos Jogos Desportivos Escolares.

Em parceria com a Unidade Local de Saúde Arrábida, foi incrementada a atividade da Unidade Móvel de Saúde, com ações de literacia e promoção de estilos de vida saudáveis, prestação de cuidados de saúde de proximidade (projeto Saúde Mental) e mais de 700 alunas/os abrangidas/os pela Saúde Escolar (com predominância para a Saúde Oral). Internamente, teve continuidade a sensibilização junto dos serviços, no quadro da campanha “Calendário dos Afetos”, e foram difundidas duas edições do *podcast*, dedicadas aos temas “Bom Humor” e “Cuidar da Saúde Psicológica”.

No relacionamento com as IPSS, releva-se a aprovação do Protocolo de Cooperação Financeira com a ARPIBA – Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Bairro Alentejano e Arredores, que reflete o apoio global de 100 mil euros (50 mil já pagos em 2023), à despesa não elegível em candidatura ao PRR, para conclusão da segunda fase do edifício que receberá as respostas de Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Foi, também, concedido apoio ao funcionamento do Banco Alimentar Contra a Fome da Península de Setúbal e, no quadro da OIL, foi aprovado o Protocolo de Cooperação com a União Social Sol Crescente da Marateca, para requalificação do edifício de creche/ATL “Os Cenourinhas”, e iniciou-se a empreitada de requalificação do Centro Comunitário de S. Pedro – Cáritas Diocesana de Setúbal. No âmbito da Ação Social, iniciou-se o acompanhamento a 74 novas famílias, num total acumulado de 119, e a 33 novas famílias na medida de Rendimento Social de Inserção, para um acumulado de 49.

O Município prosseguiu a monitorização e implementação da Estratégia Local de Habitação, registando-se, entre as múltiplas diligências, a concretização de quatro novas escrituras (quatro fogos), a submissão ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana de 15 candidaturas a financiamento (76 fogos) e a conclusão de diversas ações de reabilitação. No que respeita ao Concurso para Atribuição de Habitações em Regime de Arrendamento Apoiado, foi publicada, a 16 de março, a terceira lista ordenada, assegurando-se, em permanência, o esclarecimento sobre o processo de registo e submissão de candidaturas.

Concluiu-se a rede de drenagem de esgotos domésticos ao longo da EN 379-2, na Lagoinha, e a intervenção na Rua José da Cruz Coelho, integrada na infraestruturação faseada da Quinta do Sobral e Canastra – 2.ª a 4.ª fases, bem como o projeto de execução para a infraestruturação da Rua dos Amigos (Lagoinha). O projeto para execução da drenagem de águas residuais domésticas na Quinta da Chapeleira, Quinta do Anjo, foi adjudicado.

Numa fase em que se encontram a decorrer vários projetos e empreitadas de conservação da rede viária, o Município terminou a pavimentação da Rua Izequiel Marques (Poceirão) e a empreitada de sinalização horizontal em arruamentos municipais 2023.

Foi aprovado um aditamento ao contrato de Gestão de Eficiência Energética (ESE) para implementação de medidas de melhoria no Sistema de Iluminação Pública no Concelho, que prevê o aumento do número de luminárias e poupança adicional para o Município. Nos meses em apreço, realizaram-se, também, melhorias na rede *LoRaWan* e foi lançado procedimento de hasta pública para concessão do direito de uso privativo de espaço público para instalação e exploração de postos de carregamento rápidos e semirrápidos de baterias de veículos elétricos no Concelho.

O esforço de reflorestação e reforço de ilhas-sombra teve continuidade com a plantação de duas centenas de árvores e arbustos autóctones na Quinta da Glória, Aires, por um grupo de 40 voluntárias/os da campanha “A Nossa Serra – Ama. Planta. Cuida”, e de meia centena de sobreiros junto ao Mercado Mensal de Pinhal Novo/Salgueirinha, com alunas/os da Escola Secundária de Pinhal Novo, Junta de Freguesia e empresa “Mecenas de Palmela”, e com a instalação de dois grandes canteiros, em Val’Flores, com a participação da comunidade escolar. Para assinalar o Dia Mundial da Floresta, realizou-se uma caminhada por trilhos da Arrábida e um momento de convívio e agradecimento a alunas/os de Pinhal Novo e empresas que participaram na segunda fase do “Pinhal Novo Verde”, em Val’Flores. A iniciativa integrou a instalação de placas identificativas do projeto, a montagem e colocação de caixas-ninho e a pintura de tutores de suporte das árvores plantadas no local. Na área do Espaço Público, concluiu-se o projeto para o muro da Rua Manuel Cândido Diogo, em Cabanas, e foi adjudicado o projeto de “Recuperação da Área Central da Urbanização da Quinta da Asseca”.

Está concluída a elaboração do Roteiro de Transição para a Neutralidade Climática de Palmela, tendo o Memorando de Entendimento para a Neutralidade Carbónica do Território Arrábida sido aprovado, em reunião pública, a 7 de fevereiro. No campo da mobilidade suave, realizaram-se, em Quinta do Anjo, as primeiras circulações, experimental e oficial, do "CicloExpresso", projeto-piloto de comboios de bicicletas para a EB António Matos Fortuna, num percurso e horário definidos e acompanhados por monitoras/es.

O Parque Canino de Pinhal Novo foi inaugurado e já está em funcionamento, e tiveram continuidade as campanhas de esterilização, com destaque para as realizadas nas colónias de felídeos da União das Freguesias de Poceirão e Marateca.

A recuperação da porta e do passadiço da Galeria 6 da Praça de Armas do Castelo permitiu a sua reabertura ao público e tiveram início os trabalhos de restauro da Cruz com a imagem de Jesus Crucificado, da Capela do Cemitério de Palmela. No Museu A Estação, foi realizado um momento de convívio com participantes nas visitas orientadas por ferroviárias/os "No meu tempo..." e iniciou-se o programa 2024, a decorrer até novembro. A propósito do 183.º aniversário do nascimento de Hermenegildo Capelo, o autor Nuno Matos Valente apresentou o seu livro para o público infantojuvenil "O Segredo da Lagoa Escura", no âmbito do centenário de Alexandre O'Neill e do movimento surrealista português, realizou-se uma sessão sobre o autor, e para homenagear o «poeta da Arrábida», foi inaugurada a exposição "Pelo Sonho é que Vamos – Sebastião da Gama e a Serra da Arrábida". Com a aproximação do cinquentenário do 25 de Abril de 1924, a programação intensificou-se, neste período, com reflexo em diversas áreas de atividade. Na Igreja de Santiago, foi inaugurada a exposição "Semente de Liberdade", escultura em cerâmica de José António Silva, o Dia da Poesia foi assinalado através da leitura de poemas sobre Abril ao telefone (120 pessoas inscritas, de todo o país), a URAP dinamizou 10 sessões em Bibliotecas Escolares, para uma audiência de cerca de 300 alunas/os e, com três turmas do 6.º ano, de cada um dos agrupamentos escolares do Concelho, iniciaram-se as sessões do projeto "Livro Livre". A obra com o mesmo nome esteve na base da seleção das leituras do Concurso Local de Leitura, realizado em duas sessões, com a participação de cento e noventa alunas/os. As/os participantes no programa "Férias a Crescer" na Páscoa produziram materiais gráficos sobre Abril, com orientação do artista Samina.

Em resposta à elevada dinâmica do Centro Cultural de Poceirão – que acolheu mais uma edição da Noite de Serenatas, com tasquinhas, baile, exposição de Lenços dos Namorados e a apresentação da "Rosita Namoradeira" – procedeu-se ao lançamento da empreitada para a eficiência energética do edifício e à celebração de contrato, com a Universidade de Aveiro, para implementação de um *MakerSpace*, ambos financiados pela OIL. No Centro Comunitário de Águas de Moura, o Teatro O Bando desenvolveu uma formação de Teatro para a comunidade e, ainda no quadro desta Operação, foram aprovados protocolos de cooperação com o Clube Desportivo e Recreativo de Águas de Moura e com a Associação Cultural e Recreativa de Fernando Pó, relativos a intervenções de beneficiação das respetivas instalações. No Centro Comunitário Monte do Francisquinho, regista-se forte dinâmica, com momentos de debate e reflexão sobre temas diversos, em particular, o programa "Entardecer no Monte" com o Teatro Ensaiarte. Em março, arrancou o atendimento semanal no Gabinete de Inserção Profissional, numa parceria da SEIES com o IEFP. A caminho da primavera, a programação cultural intensificou-se, sendo de referir, por exemplo, a produção Artemrede "Recanto", que uniu os artistas Capicua e Nerve e o Grupo Coral 1.º de Maio, do Bairro Alentejano, a Queima do Judas, bastante participada, e muitas iniciativas apoiadas, como as atividades carnavalescas de várias associações locais, o Festival das Sopas, o M.ercad.artes III, entre outras.

O Dia Mundial do Teatro foi assinalado com um programa de grande qualidade, ao longo do mês de março, que incluiu espetáculos em todas as freguesias e cerca de 3.200 espetadoras/es, sublinhando-se o grande dinamismo dos grupos de teatro locais, que continuam a crescer. De igual modo, os dias nacionais do Estudante e da Juventude foram celebrados por via da 29.ª edição do "Março a Partir", escola de participação e associativismo, numa iniciativa do Município com associações juvenis do Concelho. Em parceria com os INdiferentes, realizou-se o primeiro encontro "Com.VIVE Abril para já!", com pintura, música e conversas sobre Liberdade, Direitos e Deveres, no Centro Comunitário da Carregueira. Neste período, iniciou-se o prazo para submissão de trabalhos ao Concurso de Poesia para Jovens "25 de Abril – Abril para Já!".

Dando continuidade ao investimento em EJR, foi concluída a reabilitação do equipamento do Parque Venâncio Ribeiro da Costa e procedeu-se ao acompanhamento e inspeção da instalação do EJR, circuito *fitness* e piso sintético de segurança no loteamento Expofirme (Palmela). Está concluído o estudo prévio do projeto de reabilitação do edifício da antiga sede do Clube Desportivo Pinhalnovoense, foi entregue o estudo prévio para a

Pista Simplificada de Atletismo de Pinhal Novo e, em vários polidesportivos municipais, foram instaladas novas balizas de futebol/andebol. No ano em que se celebram os 30 anos da Orientação em Palmela, o Município apoiou uma prova de Orientação Escolar e para a comunidade, em Quinta do Anjo, organizada pela Escola Secundária de Palmela, e a Pinhal Novo *City Race*, promovida pela Palmela Desporto E.M. e pela Secundária de Pinhal Novo, com uma vasta rede de parceiros, que reuniu 450 participantes de 28 clubes nacionais e de várias escolas da Península de Setúbal e dos distritos de Lisboa e Santarém. Ainda no âmbito competitivo, merecem destaque o torneio *AJP Tour Pinhal Novo International Championship 2024*, de *Jiu Jitsu*, com 504 atletas de 25 países de todo o mundo, e a 7.ª Clássica da Arrábida, prova profissional de ciclismo de estrada, promovida pela Federação Portuguesa de Ciclismo e pelos municípios de Palmela, Sesimbra e Setúbal. O evento teve meta em Palmela, onde, em simultâneo, decorreu o "*Open Arrábida*", ação de sensibilização para a prática de ciclismo, para crianças entre os 3 e os 12 anos.

O Município marcou presença em dois importantes certames de promoção do território, calendário de eventos e produtos locais junto de novos públicos: a 8.ª Mostra Silves – Capital da Laranja e a BTL – Feira Internacional de Turismo, no pavilhão da Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa. Nesta última, realizaram-se várias reuniões de comercialização da oferta enoturística e contactos com operadores internacionais. A fim de preparar a Semana Gastronómica em Rede, a decorrer em julho, numa parceria com municípios da Área Metropolitana de Lisboa, em torno de experiências de degustação romana, restaurantes locais participaram na oficina "À mesa dos romanos", na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal. No âmbito do programa "Formação + Próxima", realizaram-se, em Palmela, três ações de formação certificada para agentes económicos. Inspirado nos 50 anos do 25 de Abril e no Dia Internacional da Mulher, o Encontro "Empreendedorismo no Feminino", no Monte do Francisquinho, constituiu um importante momento de partilha de experiências entre empresárias, divulgação de apoios ao empreendedorismo, *networking* e divulgação de estratégias de bem-estar e autocuidado.

Merece, ainda, especial relevo, nos meses em apreço, o acompanhamento próximo e transversal da OIL Poceirão Marateca e a aprovação da candidatura Radar Social (PRR), que prevê a criação de uma equipa técnica multidisciplinar, para desenvolver trabalho de parceria, cooperação e referenciação de problemas de pobreza e exclusão social no Concelho de Palmela, em complementaridade com a rede social local, disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre este ponto um da ordem de trabalhos, intervenções?

Pedro Barão CH, faz favor."

O Sr. Pedro Barão do Chega:

"Obrigado, Sr. Presidente.

Queria fazer aqui uma observação e uma questão.

A primeira observação refere-se ao investimento, na nossa opinião, insuficiente na BTL, o maior certame de turismo, que este ano recebeu mais de setenta e cinco mil visitantes. Consideramos que Palmela esteve representada de forma muito modesta, com uma bancada de apenas dois metros e duas pessoas. Parece-nos um aproveitamento fraco da grande afluência de público deste evento. A nosso ver, precisamos evoluir na promoção do turismo no concelho e aproveitar melhor estes certames.

A questão que queria colocar tem a ver com a Unidade de Saúde Familiar da Quinta do Anjo. Já a questioneei várias vezes e, embora existam duas linhas de ação, estas acabam por depender de pareceres externos. Se o Sr. Presidente não se importar de esclarecer, do que é que estamos à espera nesta fase, que pareceres são esses, só para deixar aqui esclarecido, Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Clara Félix, Partido Socialista".

A Sra. Clara Félix do PS:

"Nós temos aqui duas sugestões para este documento, que já apresentámos em dezembro e que gostaríamos de reiterar, com o objetivo de aperfeiçoá-lo um pouco mais. Consideramos que o documento está bem elaborado, mas as nossas sugestões visam dois pontos específicos.

A primeira tem a ver com o desenvolvimento e a formação, mencionada na página vinte e um. O município faz um bom trabalho na formação dos seus trabalhadores, mas acreditamos que seria interessante alargar essa formação aos trabalhadores das escolas, tanto assistentes operacionais quanto técnicos. Sugerimos que, talvez em cooperação com o IFP e o Politécnico, fosse possível proporcionar a formação necessária para este pessoal.

A segunda sugestão refere-se às páginas trinta e um e trinta e dois, na parte que fala sobre a educação e a escola a tempo inteiro. Gostaríamos de compreender melhor o número de crianças que frequentam as atividades de apoio à família ou as atividades de enriquecimento curricular. Embora o número pareça significativo, falta-nos o contexto e o universo para que possamos entender a dimensão desse número, assim como o número de refeições fornecidas.

Estas são as duas sugestões que gostaríamos de deixar para este documento, que, de maneira geral, reflete de forma clara as várias atividades que se realizam no nosso concelho.

Obrigada."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Cristina Moura, CDU, faz favor.

Não tenho mais nenhum pedido de inscrição".

A Sra. Cristina Moura da CDU:

"Boa noite.

Cumprimento na pessoa do Sr. Presidente, todos os presentes e gostaria de partilhar aqui uma reflexão e fazer uma recomendação.

A reflexão e a recomendação, prendem-se no âmbito das bibliotecas municipais e a reflexão tem a ver com o projeto "Dar de Volta", e eu verifiquei que, e fiquei surpreendida não é, com a diminuição drástica dos dados estatísticos que eu consegui recolher não é, por exemplo, em dois mil e dezoito foram recebidos dois mil quatrocentos e cinquenta e seis livros e entregues quinhentos e vinte e seis unidades, e neste último relatório, portanto, contrasta com seiscentos e um recolhidos e quatro entregues. O que é que se passa não é, porque é que há um desinteresse, há uma falta de ligação.

Por outro lado, a recomendação, tem a ver com um âmbito, muito particular e bastante interessante que seria de fomentar, que é a rede das bibliotecas inclusivas, e o interesse em que Palmela, fizesse parte dessa rede e que fosse, portanto, divulgada nos sítios de internet específicos. Para além das acessibilidades que existem não é, em termos de mobilidade não é, edifícios mais inclusivos, interessa também ter os equipamentos necessários para que, o acesso à leitura seja universal, a nível de equipamentos tecnológicos tanto para cegos, como para pessoas com baixa visão.

Por aquilo que eu percebi, está na calha, portanto está para chegar, todos esses meios tecnológicos necessários, no entanto nunca é demais falar sobre isto, e divulgar obrigado".

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Não há mais intervenções, Dulce Marques faz favor".

A Sra. Dulce Marques do PS:

"Muito rapidamente, obrigada Sr. Presidente.

Na página setenta e oito, aqui da atividade municipal, faz referência ao programa Municipal de Dança. Já tive ocasião de partilhar com a Sra. Vereadora Maria João Camolas esta questão, mas não queria deixar de voltar a tocar neste assunto aqui em coletivo. Efetivamente, os bailes de danças tradicionais europeias são uma mais valia para todos nós, e convido, desde já todos a juntarem-se, naquilo que acontece pelo menos uma vez por mês neste espaço.

No entanto, deixou-me a pensar o facto de ser cobrado um valor de oito euros sem recibo, pela entrada no baile, aqui neste espaço. Poderá ser uma mais-valia para todos nós, a realização desta atividade, no entanto, não sei até que ponto, é que oitenta participantes a oito euros cada um, não será um bocadinho demasiado exagerado este valor, sendo uma atividade no âmbito do Programa Municipal da Dança.

Eu alargaria esta questão a outras atividades que decorrem também aqui no município, como aconteceu agora recentemente no "25 de Abril", com o "Teatro sem Dono", que realizou uma peça de teatro que também foi cobrada a entrada de quatro euros, atendendo que são atividades apoiadas pela autarquia, penso que deveria ser eventualmente equacionada a possibilidade de ser reduzido este valor pelo menos.

Obrigada".

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Fechamos este ponto da ordem de trabalhos.

Senhor Presidente, faz favor".

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado. Quero começar por agradecer as questões.

Sr. Membro da Assembleia, Pedro Barão, em relação à BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa), gostaria de esclarecer que, à semelhança dos outros 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML), o nosso município tem participado de acordo com o modelo definido pela entidade regional. Este tem sido o formato adotado para garantir a presença das diversas regiões de Lisboa na maior feira de turismo da nossa região.

Embora exista um ou outro município com condições financeiras que lhe permitem optar por ter um stand próprio, fora do espaço comum, posso assegurar-lhe que a nossa presença coletiva, em parceria com os outros municípios, tem mostrado excelentes resultados e é muito profícuo.

Desde já, gostaria de relembrar que a nossa presença na BTL não se resume apenas à exposição de produtos ou distribuição de folhetos. Participamos ativamente com reuniões de trabalho com operadores turísticos, tanto nacionais como internacionais, o que nos permite fortalecer parcerias e promover o nosso destino de forma eficaz. Além disso, frequentemente organizamos degustações e demonstrações dos nossos produtos regionais, proporcionando uma vivência autêntica da nossa oferta.

Todos os eventos tradicionais e regionais de Palmela, mesmo aqueles que não são organizados diretamente pela autarquia, têm presença programada na BTL. Esta é uma oportunidade para divulgarmos o que de melhor temos a oferecer em termos culturais e turísticos.

Por fim, é importante destacar que, como resultado dessa participação, temos recolhido um feedback valioso. Em breve, pretendemos apresentar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal um estudo detalhado sobre o impacto do nosso branding, das marcas e da forma como Palmela é referenciada no setor do turismo, por entidades independentes.

É claro que, se tivéssemos outras condições financeiras, poderíamos investir dezenas de milhares de euros para ter um pavilhão próprio na BTL. No entanto, acredito que o sucesso dessa abordagem não seria necessariamente maior. Gostaria de salientar que a nossa forma de participação está alinhada com a prática de outros municípios, incluindo aqueles com grande capacidade financeira, que optam por estar na mesma área da BTL em que estamos integrados, no âmbito da região de turismo de Lisboa.

Portanto, a nossa estratégia, que visa maximizar o impacto com um custo mais equilibrado, é muito semelhante à adotada por outros municípios, independentemente da sua capacidade financeira. O que importa aqui é a forma como aproveitamos a presença e as oportunidades oferecidas pelo evento, com um foco claro em estabelecer parcerias e promover a nossa região de maneira eficaz.

É evidente que, se tivéssemos outras condições financeiras, poderíamos investir dezenas de milhares de euros para ter um pavilhão próprio na BTL. No entanto, acredito que isso não garantiria necessariamente um sucesso maior. Quero explicar que a nossa participação está alinhada com a estratégia adotada pela generalidade dos municípios, incluindo até aqueles com maior capacidade financeira, que também optam por estar na mesma área da BTL em que estamos integrados, como parte da região de turismo de Lisboa.

Relativamente à Unidade de Saúde Familiar de Quinta do Anjo, reconheço que o que foi apresentado até agora é insuficiente. Estamos à espera de alguns pareceres de parceiros externos, sendo um deles da NPC (Agência Nacional de Proteção Civil), que tem competências na área da segurança contra incêndios, mas posso garantir que este não é o fator que está a atrasar o processo. Quanto à candidatura, o que posso dizer é que fizemos a nossa, como nos foi prometido, logo no final de outubro e início de novembro, assim que o aviso foi aberto. Entregámos a nossa candidatura em novembro, sendo o primeiro município a fazê-lo. O aviso, aliás, foi aberto para seis municípios e o prazo para submissão era até 15 de dezembro.

Esperávamos ter a candidatura aprovada entre janeiro e fevereiro, pois considero que, de certa forma, ela já está tacitamente aprovada. No entanto, tem havido sucessivas prorrogações do aviso. A última prorrogação era até final de março, e agora acredito que haverá outra até final de abril, provavelmente porque outros municípios não conseguiram apresentar as suas candidaturas a tempo.

Nós estamos a concorrer com outros municípios numa candidatura conjunta, e Palmela é o município com o projeto mais avançado. O projeto já está aprovado, e o que os serviços técnicos referem têm a ver com algumas minudências e ajustes no processo. Assim que a candidatura for oficialmente aprovada, poderemos lançar o concurso, mas isso só pode acontecer depois da aprovação formal da candidatura e da elaboração do contrato ou protocolo de financiamento. Não podemos iniciar a obra sem o contrato assinado, porque não temos o dinheiro alocado no orçamento sem este protocolo.

Portanto, embora o município já tenha adiantado os custos iniciais com o projeto, a obra em si será paga com os fundos da candidatura ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). Só com o contrato assinado é que podemos alocar o valor no orçamento e avançar com o lançamento do concurso.

Estamos todos muito ansiosos para que isso aconteça o mais rápido possível. O relatório que foi elaborado em fevereiro ou março já está desatualizado, pois estamos mesmo à espera da aprovação da candidatura para formalizar o contrato com a tutela. A partir daí, podemos incorporar os recursos no orçamento e, com um prazo de dois a dois anos e meio, lançar o concurso e dar início à obra. Este é o objetivo e é o que estamos a trabalhar para que aconteça o quanto antes.

Sra. Membro Maria Clara, relativamente à formação de trabalhadores, nomeadamente assistentes operacionais e assistentes técnicos, posso assegurar que a formação é disponibilizada quer pelo Município, quer pelos Centros de Formação, incluindo o Centro de Formação Santiago, que realiza ações de formação que são, muitas vezes, solicitadas pela autarquia. Essas formações são devidamente acreditadas, sendo nós responsáveis pelo pagamento, mas realizadas através desses centros de formação.

Recordo que, no ano passado, uma das formações foi sobre a temática da igualdade de género, por exemplo. Essas ações são realizadas, sobretudo, durante as pausas letivas, como deve imaginar. No entanto, estamos sempre atentos a este processo e às necessidades dos nossos trabalhadores.

Além disso, no âmbito do programa 'Eu Participo!', temos recebido pedidos de formação mais específica, especialmente no que diz respeito ao atendimento a públicos diferenciados, incluindo a interculturalidade dos alunos que encontramos hoje nas escolas, bem como as necessidades associadas à Educação Especial. Estamos a trabalhar para encontrar formação adequada para aqueles que desejam se aprofundar nestas áreas.

Relativamente ao documento, sim, temos os números absolutos, ou seja, os dados dos alunos que estão a beneficiar da formação, os que se inscreveram e os que manifestaram interesse. E sim, é possível criar um quadro com esses dados, apresentando o universo global de alunos. É importante destacar que esse número pode variar ao longo do ano, mas, no nosso caso, tem sido sempre em crescimento. De qualquer forma, é uma boa sugestão de melhoria e vamos considerar a possibilidade de incluí-la.

Em relação ao projeto 'Dar de Volta', a explicação para os números mais baixos é bastante simples. Este foi um projeto pioneiro da Associação de Municípios da Região de Setúbal, e o Município de Palmela esteve envolvido desde o início, com as suas bibliotecas. No entanto, nos últimos anos, a necessidade de ceder manuais escolares diminuiu consideravelmente, especialmente depois que os manuais passaram a ser gratuitos. O município tem, por sua vez, também oferecido livros de atividades, começando pelo 1º ciclo e já expandindo para o 2º ciclo. Com isso, muitos pais talvez não sintam mais necessidade de ceder os manuais dos filhos, pois já não são requisitados. No ensino secundário, ainda há uma procura por materiais de apoio, como fichas de exercícios para disciplinas específicas e exames nacionais, mas a tendência dos números reflete esse fenómeno.

Além disso, estamos numa fase em que os empréstimos domiciliários nas bibliotecas têm diminuído, o que é um fato que se observa em várias localidades, não apenas aqui. Isso não é só devido ao digital, mas também ao fato de que as pessoas estão mais autónomas na busca e aquisição dos livros que desejam, ou mesmo na decisão de não os adquirir.

Outro ponto importante é a dinâmica diferente na oferta de livros. Temos um projeto muito interessante em Pinhal Novo, que, apesar dos desafios como o vandalismo, tem se mostrado um sucesso: a biblioteca de rua. É um espaço onde as pessoas podem pegar livros emprestados e também deixar livros, promovendo a troca e o acesso à leitura. Este projeto foi iniciado por uma escola, o que é ainda mais gratificante, e tem trazido uma resposta muito positiva da comunidade. Tivemos uma experiência semelhante anos atrás numa estação ferroviária, mas agora o projeto está num jardim e continua a ser um sucesso.

Essa versão organiza as ideias de forma mais fluida, explicando claramente os fatores que influenciam a diminuição dos números, ao mesmo tempo que destaca iniciativas positivas como a biblioteca de rua, onde diariamente dá gosto de passar lá, e ver pessoas a levar, e a deixar livros, e já o tínhamos feito aqui há uns anos numa estação ferroviária, neste momento está num jardim, não é, e foi feito com uma escola, ainda bem, foi a escola que tomou a iniciativa.

Estamos a trabalhar na rede das bibliotecas inclusivas, e aliás, temos uma parceria com a Associação Bengala Mágica, que acolhemos no nosso concelho, no Monte do Francisquinho, onde está sediada. Esta associação desenvolve um trabalho a nível regional e nacional, e nas nossas duas bibliotecas, especialmente no auditório do Pinhal Novo, oferecemos áudio descrição em alguns espetáculos. Estamos a aprender com eles e, ao mesmo tempo, a apoiar as crianças — e não só — com baixa visão. Esse será, sem dúvida, o caminho para tornarmos os nossos espaços verdadeiramente inclusivos. E não se trata apenas da acessibilidade física; há várias outras dimensões.

Também há outra questão que às vezes passa despercebida, que é a forma de comunicar, especialmente nas exposições. Temos tido a preocupação de adotar uma linguagem inclusiva e acessível, tanto na nossa comunicação quanto no tratamento do património cultural, e em outras áreas. Queremos tornar as coisas mais facilmente inteligíveis, utilizando uma linguagem menos hermética e menos académica. Afinal, se a linguagem for demasiado complexa, ela não será realmente acessível a todos os públicos. Estamos a trabalhar nesse sentido, e é muito importante que se tenha consciência disso.

Dulce Marques, no Programa Municipal da Dança, como menciona, não é só o que está a acontecer neste mês, com os bailes, mas há muito mais atividade. Por exemplo, no Centro Cultural do Poceirão, há oficinas de dança,

e nesta semana, estamos a trabalhar com a APPACDM, que é mais um exemplo do nosso compromisso com a inclusão. O que se refere decorre de algumas parcerias, em que a colaboração do município envolve a disponibilização de espaços e equipamentos audiovisuais, entre outras coisas. No entanto, há também a participação de professores e outras entidades privadas, que, por sua vez, têm custos relacionados com a contratação dos grupos para os bailes.

Depois, temos um programa de dança com as nossas coletividades, que é algo diferente, não é? Esse é mais acessível, porque, pelo que sei, inclui uma Sopa Caramela e o pessoal acaba por dar umas voltas ao salão de baile durante toda a tarde, mas com direito à sopa e com uma entrada mais barata. Anotamos esse aspeto, mas mesmo com algumas associações, como o Teatro Sem Dono e outras, há custos. Claro, tentamos amenizar os custos do seu investimento técnico e outros, mas em muitas destas atividades, há sempre uma tarifa associada que não conseguimos controlar, pois é responsabilidade das próprias entidades parceiras. Contudo, procuraremos oferecer mais atividades de livre acesso, e isso, sim, será responsabilidade do município.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos avançar para o ponto dois da ordem dos trabalhos, Prestação de Contas 2023.

Sr. Presidente se faz favor, se conseguir cingir-se à proposta era importante.”

PONTO 2 – Prestação de Contas 2023

O Sr. Presidente de Câmara:

“Para já, solicito que seja tudo transcrito para a ata, incluindo a proposta da Prestação de Contas, tanto a introdução, que não lerei naturalmente, como o restante conteúdo.

Nos termos da Lei que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e entidades intermunicipais, Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, prevê-se no artigo 75.º a obrigatoriedade de os municípios que controlem, de forma direta ou indireta, outras entidades, elaborarem contas consolidadas, de acordo com os procedimentos contabilísticos para a consolidação, definidos na norma de contabilidade pública 22 (NCP 22), constante do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, considerando-se que “uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre essa mesma entidade”.

A consolidação de contas tem como objetivo obter uma visão global da situação financeira do grupo municipal de Palmela, composto pela entidade mãe – o Município de Palmela – e pelo conjunto das entidades controladas pela entidade mãe – Palmela Desporto.

Assim, propõe-se que, nos termos da alínea do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, seja aprovada a proposta do documento de contas consolidadas do grupo municipal, relativo ao ano económico de 2023, para posterior apreciação e votação pela Assembleia Municipal.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos abrir o período para inscrições e para o debate desta Prestação de Contas de 2023.

Quem quer começar?

Muito bem, M CCP Diamantino Pereira.”

O Sr. Diamantino Pereira do M CCP:

"Boa noite.

Apresentamos os nossos cumprimentos a todos, na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Temos aqui algumas questões a colocar e penso que terá uma resposta simples, mas que temos que as colocar, a saber:

Qual o ponto da situação dos seguintes projetos incluídos no Plano e nas Grandes Opções do Plano 2023/2027?

- Construção da nova escola na zona nascente do Pinhal Novo.
- Construção da nova escola básica de Palmela.
- Infraestruturação faseada nos Olhos de Água.
- Requalificação de arruamentos no centro histórico de Palmela.
- Arranjo paisagístico da Avenida dos Bombeiros em Palmela.

Reclamações dos cidadãos: mantêm-se as queixas face ao atraso na análise e decisão final dos projetos no pelouro do urbanismo. Ora, com exceção do trabalho realizado no âmbito da "Plataforma Pepper", gostaríamos de saber o que foi feito para melhorar esta situação?

Votação em separado: por fim, em relação à legislação vigente, é possível haver votação em separado dos documentos de prestação de contas e do relatório de atividades.

Disse."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Mais inscrições?

Patrícia Caixinha, Partido Socialista.

Vocês estão muito tímidos".

A Sra. Patrícia Caixinhas do PS:

"Obrigada, Senhor Presidente.

Bom, relativamente a este ponto, gostaria de deixar algumas notas sobre este documento. Em primeiro lugar, quero deixar um reconhecimento aos técnicos da autarquia pela compilação desta informação, densa, extensa e muito detalhada.

Queria começar por referir que, como já mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara, o orçamento inicial de 2023 foi aprovado com uma previsão de menos 14 milhões de euros. No entanto, devido à inclusão do saldo de gerência, outros ajustamentos, como a transferência do Orçamento do Estado, as comparticipações do PRR e os empréstimos bancários, este orçamento acabou por atingir os 87,3 milhões de euros.

Sabemos que este documento define as linhas estratégicas de desenvolvimento da autarquia, nomeadamente os investimentos e as atividades mais relevantes na gestão autárquica. No entanto, continuamos preocupados, mas continuamos preocupados, não obstante genericamente as taxas de execução apresentadas e o valor total da receita arrecadada, com o investimento destas verbas pela autarquia, naquilo que são algumas das necessidades das populações deste concelho, e que continuamos a não encontrar vertidas neste documento. Falo por exemplo, da necessária intervenção na Estrada Municipal 533, portanto, entre Lagameças e o Lau, apesar do piso ter sofrido uma pequena intervenção para tapar alguns buracos, existe a necessidade de uma

intervenção mais completa, necessidade essa que inclusivamente o Partido Socialista já tem vindo alertar em diversas oportunidades. Depois, há também, intervenção no pavimento das ruas do centro histórico de Palmela, pelas suas características específicas, portanto uma vila que está elevada, portanto ruas que sobem que descem, e que, pela sua importância na questão da mobilidade das pessoas, sobretudo a população mais idosa, com mobilidade reduzida, carrinhos de bebés ou deslocação para pessoas e portadoras de deficiência. Esta posição também tem sido repetidamente presente nas intervenções dos autarcas do partido socialista, nos diversos órgãos locais.

Também a referir a obra de requalificação do Largo do Chafariz, Dona Maria, cujo timing, já extravasa aquilo que poderia ser considerado razoável.

Ainda também uma nota, que sendo o concelho de Pamela referido como um lugar que continua a atrair pessoas, é também um aspeto que nos preocupa a ausência de investimento na área do turismo, nomeadamente em mais alojamento, dado que a oferta existente é muito escassa ou mesmo insuficiente, para a agenda turística do concelho.

Também, na área da igualdade e da discriminação, é necessário muito mais do que apenas formação, sensibilização e participação em apresentações. Precisamos passar da reflexão à ação, de forma mais concreta e eficaz junto da comunidade.

Finalmente, gostaria de deixar uma nota relativamente aos Recursos Humanos, nomeadamente ao recrutamento e à mobilidade. A bancada do Partido Socialista não pode deixar de manifestar a sua preocupação em relação às saídas de pessoal, que totalizam 85. Destas, 46 são saídas definitivas, sendo que 29 correspondem a aposentação. Tendo em conta que as saídas continuam a ser superiores às entradas, esta situação preocupa-nos, especialmente pela falta de recursos humanos que sabemos que provoca.

Continuamos a achar que, não obstante a dimensão do documento, as propostas e atividades nele contidas ainda ficam aquém das reais necessidades das populações do concelho de Palmela, nas suas diversas freguesias. Por esta razão, a bancada do Partido Socialista irá votar pela abstenção neste ponto.

Disse, Sr. Presidente. Obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Carlos Vitorino do PPD-PSD, faz favor”.

O Sr. Carlos Vitorino do PPD-PSD:

“Muito boa noite.

Este ano, a posição do PSD em relação a este documento será, obviamente, o voto contra.

De facto, as taxas de execução em matérias fundamentais são tão baixas que merecem, mais uma vez, a nossa censura. Na promoção e eficiência energética, saneamento, rede viária, a taxa de execução está cerca de metade; no melhoramento da rede viária rural e na recuperação do centro histórico, a taxa de execução é cerca de 40%. Projetos de promoção ambiental têm apenas 14%.

Tudo isso acontece enquanto verificamos uma enorme subida de receitas, sendo que só em IRS a subida é de cerca de 10%. O que significa que seria possível aplicar um desagravamento fiscal sobre as famílias, através da devolução de parte do IRS, como o PPD-PSD defende já há vários anos.

No fundo esta prestação de contas é a confirmação do que temos afirmado ao longo dos anos, o saldo de gerência transita de uns anos para os outros, as obras também, e assim vamos, neste caminho em que nada mais nos é apresentado do que esta autêntica “evolução na continuidade.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Não tenho mais inscrições.

Carlos Jorge Almeida da CDU faz favor”.

O Sr. Calos Jorge Almeida da CDU:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Apresento os meus cumprimentos a todos os membros da Assembleia, na pessoa de Vossa Excelência, cumprimento o Sr. Presidente da Câmara, os Srs. Vereadores, o público que está connosco aqui, tanto presencialmente como remotamente, a comunicação social, caso ainda esteja connosco ou se regressar, e os técnicos do município que tornam possível este exercício do Poder Local Democrático, à vista de todos e dos Palmelenses, em qualquer parte do território onde se encontrem.

Sr. Presidente, devo dizer que, sempre que evocamos estas matérias e nos debruçamos sobre o relatório de contas, surge sempre alguma estupefação, e neste caso, também, a necessidade de uma saudação. Saúdo particularmente, como já foi feito numa intervenção anterior, os trabalhadores do município que foram capazes de construir, com o detalhe e pormenor evidenciado nos documentos, aquilo que é o relatório e contas de gerência.

Mas, ao saudar os trabalhadores, não saúdo apenas o seu esforço e mérito na elaboração de um documento desta natureza, com toda esta densidade, como já foi referido, e com esta profundidade. Saúdo também, obviamente, o conjunto de elementos que foram carreados para construir este texto, pelos vereadores com pelouros, pelo Senhor Presidente da Câmara, e que consubstanciam, de facto, aquilo que o município realizou.

Depois desta saudação, que me parece de todo meritosa, aquilo que me cumpre dizer relativamente ao documento em si é o seguinte: creio que, toda a vez que abordamos estas matérias, acabamos por cair sempre num logro. Tentamos transformar a nossa posição relativamente ao documento naquilo que são os parâmetros ideológicos e as premissas ideológicas, quando, na verdade, o problema com que partimos para o exercício da atividade autárquica é mais profundo e está, na realidade, na forma como as populações se sentem mais ou menos fragilizadas em relação a essa gestão.

Aquilo que está à frente de cada um dos membros da Assembleia não é, obviamente, a necessidade de um exercício sobre o orçamento, sobre políticas, nem sobre o investimento, nem sobre as políticas relativas ao pessoal, ou as situações relacionadas com o endividamento, ou o incumprimento de qualquer obrigação. Este documento, pela sua própria natureza e por definição, é um conjunto de informações de carácter geral, económico e financeiro, que deve ser observada e transmitida a um conjunto alargado de destinatários e utilizadores. Ou seja, trata-se de um conjunto de dados de informação geral, económica e financeira, e o que importa registar neste momento, do nosso ponto de vista, como é óbvio, são os valores alcançados no grau de concretização das receitas arrecadadas, e sobretudo no capítulo das despesas.

E, relativamente às receitas, deixem-me dizer-vos que, ao longo da minha atividade autárquica, tive a possibilidade de intervir tanto a nível municipal como a nível paroquial. E é, de facto, muito relevante que o município consiga prever com rigor, e com o nível de detalhe que este documento demonstra, aquilo que são as receitas que vai arrecadar.

É evidente que sabemos que muitas dessas receitas se baseiam numa média aritmética de anos anteriores, mas, de qualquer modo, um município, ao contrário de uma freguesia, lida com fenómenos e possibilidades que

são suscetíveis, por esta ou aquela circunstância, de se tornarem mais volúveis e fazerem com que uma previsão não se consiga concretizar com o nível de precisão esperado. E, de facto, isso aconteceu.

Depois, relativamente à forma como as diferentes bancadas, com toda a liberdade, se vão expressar sobre o documento, há uma coisa que importa dizer: aquilo que as entidades de tutela, nomeadamente o Tribunal de Contas, têm evidenciado ao longo dos anos e já são muitas décadas é que é fundamental que as assembleias, os órgãos deliberativos das autarquias, se pronunciem com rigor sobre as contas. Devem analisar a sua regularidade, a sua exatidão, e verificar se elas realmente refletem aquilo que efetivamente aparece documentado, e não se elas reproduzem ou não o programa político legítimo de cada um.

Nós estamos a debruçar-nos sobre o relatório e contas, e é importante que haja, se possível, algum distanciamento, ou até algum receio isso também é legítimo relativamente à regularidade dos documentos, mas, acima de tudo, é preciso expressá-lo de formas que estão estabelecidas, que são determinadas, e é preciso fundamentá-lo.

Portanto, não há, com certeza, e eu não ouvi, aqui, e penso que a minha bancada também não ouviu, qualquer elemento que possa justificar algum desconforto relativamente ao rigor das contas, aos valores que foram apresentados pelo Sr. Presidente na sua explanação. Quer no que se refere ao alcance da receita, da sua execução, quer no que diz respeito ao alcance da despesa. Estas são as questões fundamentais.

Agora, se vamos partir para o menor e se vamos analisar do ponto de vista político partidário, com certeza que compreenderão todos e todas, que a CDU considera que, obviamente, este documento responde exatamente às nossas expectativas, às políticas que são de interesse para o concelho de Palmela, para o território e para as pessoas que aqui residem.

Disse, muito obrigado, Senhor Presidente.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não? Então ficamos por aqui em termos de intervenções.

Senhor Presidente, há três ou quatro, há uma série de perguntas, aliás nomeadamente do M CCP, faz favor.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Muito obrigado.

Relativamente às questões colocadas, Senhor Membro da Assembleia, Diamantino, do M CCP, permita-me em primeiro lugar esta nota: há que ver as Gopes, a descrição e a dotação da previsão orçamental e depois cruzar com o relatório. É importante perceber que há ações, nomeadamente estudos prévios, etc., que não têm custos orçamentais, ou seja, não são feitos nem adjudicados ao exterior, pois há trabalho interno que é feito. E estou a dizer isto genericamente, não é apenas para o meu amigo, mas para todos os Senhores Membros da Assembleia, para que percebam que há trabalho em cada um dos itens que estavam como compromissos e objetivos de trabalho para o ano, e há também execução orçamental noutras rubricas que não têm essa discriminação.

O que fizemos para a Escola Básica da Zona Nascente de Pinhal Novo, que é uma intenção identificada na nova carta educativa, cujo procedimento já decorreu, a primeira medida foi sinalizar a zona e adquirir o terreno. Este terreno foi adquirido no ano passado e não está em nenhuma rubrica das Gopes de projeto. Está, por exemplo, numa rubrica de aquisição de terrenos, que está apenas no orçamento e não no plano. Esta rubrica é utilizada, nomeadamente, pelo nosso Gabinete Jurídico, e é por isso que aparece assim.

Relativamente à Escola Básica 2 de Palmela, houve um intenso trabalho, também com parceiros e com a rede, na elaboração, primeiro, do programa preliminar e do estudo prévio. Neste momento, estamos a lançar ou a preparar o lançamento para concurso. Esse trabalho envolveu a análise do terreno, para entender o que pode ser construído lá, quantas salas podemos estimar para quantos anos de escolaridade, entre outros detalhes. Todo esse trabalho foi feito, incluindo com o agrupamento de escolas e com técnicos de várias áreas do município, como o PDM, por causa das projeções demográficas, entre outros aspetos.

Quanto aos arruamentos do Centro Histórico, naturalmente caracterizámos e identificámos a estrutura dos pavimentos e fizemos a priorização das ruas a serem intervencionadas. Podíamos ter feito alguma coisa antes? Podíamos, por exemplo, ter adjudicado o projeto, mas ainda não o fizemos. No entanto, estamos a preparar essa adjudicação, mas quero dizer-lhe que esperávamos pela ITI da AML, que é o instrumento que vai financiar em 40% a reabilitação urbana, no âmbito do quadro comunitário até 2027. A questão é que os avisos para essa linha de financiamento só começaram a ser publicados em março, e na generalidade, felizmente, já saíram todos. Como trouxe essa boa notícia do Conselho Metropolitano há cerca de 8 ou 15 dias, as candidaturas podem ser feitas até agosto, e temos até ao final do ano para concluir tudo.

Portanto, não se podia ter feito o trabalho antes, até porque, em primeiro lugar, preciso de garantir que vou ter esse financiamento, o que só agora é possível com os avisos da ITI.

Respondendo a Vossa Excelência, mas o Senhor Presidente da Assembleia também poderia responder a isso: no passado foi possível, mas há muitos anos que a prestação de contas é integrada, e, portanto, não se pode votar separadamente. No entanto, o Senhor Presidente deverá ter também essa informação bem clara.

Depois, para o Sr. Membro da Assembleia e líder de bancada do PSD, os senhores continuam, porque convém, a ler apenas a execução dos números e a não cruzá-los com a parte escrita do relatório, que é, de facto, mais trabalhosa e densa. Continuam a confundir a execução financeira com a execução física. É normal que haja desvios, pois, como sabem, não pagamos todas as faturas no mesmo ano, não é? Isso faz-me lembrar até uma interpelação que houve também da parte da sua bancada, relativamente ao desporto escolar. "Ah, só gastaram 20% e não sei quê..." Ainda bem que só gastaram 20%, mas a atividade foi realizada a 100%.

Nós, na autarquia, poderíamos fazer algumas operações, como outros municípios fazem, em que, antes da última Assembleia, normalmente entre o Natal e o Ano Novo, revisam o orçamento para "rapar tudo". Rapam tudo o que não vão utilizar, para terem uma execução a 100%. Mesmo assim, não conseguem ter uma execução superior à do Município de Palmela. Mas há quem faça isso, e nós não utilizamos esse truque. Se não gastamos o dinheiro todo, e às vezes estamos a falar de verbas de 5 ou 10 mil euros, que são dotações muito específicas, isso está refletido no orçamento. As percentagens de execução são reais, não há nada a esconder. O documento é rigoroso e transparente, e não houve tentativa alguma de esconder menor execução.

Não executámos financeiramente, mas executámos o trabalho. No caso concreto, fizemos as atividades que estavam previstas. Se não gastámos o dinheiro todo e deixámos alguma verba até ao final do ano, olha, se calhar não tivemos tempo para redistribuí-la para outra rubrica, porque há sempre gente a pedir mais apoio para isto ou para aquilo, mas já não fomos a tempo.

deixámos alguma verba até ao final do ano, olha, se calhar não tivemos tempo para redistribuí-la para outra rubrica, porque há sempre gente a pedir mais apoio para isto ou para aquilo, mas já não fomos a tempo.

Ainda assim, está explicado também em relação a algumas obras, olhe por exemplo, falamos aqui de algo que ninguém mais do que nós desejaria já ter feito, desde o mandato anterior, que é a obra do denominado Largo do Chafariz. Esta obra tem que ser integrada com outras operações que são desejadas por todas as bancadas, como a requalificação de toda aquela avenida e o novo terminal rodoviário.

No entanto, em relação a este projeto, houve um grande obstáculo: os licenciamentos da Infraestruturas de Portugal. A Sra. Diretora de lá sabe bem, as Infraestruturas de Portugal sistematicamente chumbaram todos os estudos e projetos. Eles não querem nenhum parque nem arranjo paisagístico ali. Mesmo com as condições das entradas e saídas, que sempre existiram, com a bomba de gasolina, eles não aceitaram. Foi preciso que eu tivesse uma conversa com várias entidades, até com o Papa (no sentido figurado, claro), para conseguirmos,

finalmente, marcar uma reunião de trabalho e alterar alguns aspetos, de modo a viabilizar o projeto. O que isso implicou? Refazer o projeto, claro.

Agora, o projeto está quase pronto, está em análise, mas ainda não foi aprovado. E depois, claro, vamos ter que enviar o projeto para as Infraestruturas de Portugal novamente. Sabem quantos anos andamos nisto? Três anos.

Eu cheguei a mostrar ao Sr. Presidente de Junta, em várias semanas da Freguesia, o layout daquilo que está a ser feito e o que está em desenvolvimento. Isso é algo que realmente me faz pensar que é inconcebível que tudo tenha que passar por tantos entraves. Faz-me lembrar a questão da rotunda que está a decorrer no Pinhal Novo. Ao contrário do que dizem as más línguas, a obra não está atrasada, não é uma simples circunferência com lancil. Aquilo vai envolver infraestruturas novas, como pluviais, e também mexidas no espaço público, nos passeios. Tem sido uma obra complexa, feita sem interromper o trânsito na totalidade, o que já é um grande desafio. A obra está devidamente programada.

No entanto, as Infraestruturas de Portugal, só para aprovar o tipo de betuminoso, a alteração das cotas e a colocação dos sumidouros, causaram um atraso de cerca de dois meses. Apesar disso, o empreiteiro está a tentar cumprir o prazo, até ao dia 1 de junho, que é o dia do concelho. Eu, pessoalmente, tenho dúvidas se conseguimos cumprir esse prazo, especialmente porque quando chegar a fase de pavimentação e movimentação de terras, o terreno vai ter que ser baixado, mas também vamos resolver um problema de cheias naquela zona. O que sei é que é uma obra muito complexa.

As Infraestruturas de Portugal têm fiscalizado o projeto semanalmente e sempre arranjam um problema novo. E por falar em fiscalização, quero deixar claro para a Assembleia que esta obra não é da Câmara Municipal, é uma obra de um promotor privado. No entanto, a Câmara Municipal, em boa hora, obrigou o promotor a fazer essa obra como parte do processo de urbanização. O projeto foi aprovado pela Câmara, como tem que ser, mas, como se trata de uma estrada que está sob a jurisdição das Infraestruturas de Portugal, são eles que mandam no processo. E nada pode avançar sem que as Infraestruturas de Portugal venham verificar e aprovar. Isso causa mais um entrave, mas faz parte das regras.

Tal e qual como nos fizemos no atravessamento da nacional da Ribeira da Salgueirinha de triste memória, que até mediam o nível de compactação do tout-venant, não se pode meter lá material sem eles verem, se é o material "xpto" que eles aprovaram. Portanto é muito difícil fazer obras assim e é muito difícil ter algumas coisas aprovadas, depois olhe, ou estamos próximos da ferrovia ou das estradas nacionais.

As obras de saneamento que estamos a fazer em Vale de Touros e na Lagoinha, que nunca se fez ali tanto investimento é outra tragédia para licenciar à beira da estrada, é outra tragédia.

Os senhores falaram aqui, por exemplo, de Olhos de Água que não foi feito nada, pronto nós lançamos o concurso, já foi bom, tínhamos que lá ter o dinheiro, não executamos, pois, lançamos o concurso, se a obra só começou este ano, o dinheiro que tinha que lá estar, não foi executado, ora aí está a explicação de um desvio, o dinheiro teve que transitar para este ano, mas felizmente está quase concluída é uma obra que até andou com excelente ritmo de execução.

Patrícia Caixinha, nós de facto na 533 e na 533-1, são estradas municipais, das mais longas que eu conheço no país, não conheço, ainda não consegui encontrar uma, ia-me enganando, lá para um concelho lá do Norte, mas afinal aquilo era tudo nacional, ainda não tinha sido desnacionalizado que é a vantagem deles, é que as estradas são nacionais, ligam ali as localidades uns aos outros, não as localidades do nosso concelho não são ligadas por estradas nacionais, com exceção da Regional 5, Poceirão/Marateca.

São ligadas por estradas municipais e toda a gente sabe o trabalho que foi feito neste concelho, em 960 km de caminhos públicos e os asfaltamentos continuamos a fazer. Ora, hoje, se nós só para repavimentar tudo aquilo que já está feito e que já está a precisar de conservação, não fazíamos mais nada durante 10 anos, mas felizmente vamos fazendo pavimentações novas, vamos fazendo repavimentações 2 Km, 2,5 k, 1 km de cada vez, nós temos no plano de Mandato na 533 e haveremos de trazer proposta a reunião de câmara, até para empréstimo, para o último empréstimo do mandato, cerca de 500.000 € para intervir na estrada 533 e também em mais dois troços da 533-1, tem de ser assim, porque mesmo que conseguíssemos ver aqui aprovado e seguramente dada a prioridade toda a gente aprovaria um milhão ou dois, não é uma questão de fazer tudo de uma vez, é que não íamos conseguir fazer tudo de uma vez, não vai ficar feito, isto tem que ser feito por fases

e portanto, tem razão, que são estradas que estão a beneficiar, mas reconheça que fizemos muito, porque precisamente o ano passado na 533-1, no troço da entrada do Poceirão que estava por fazer, entre o viaduto e a Ria Ibérica e a entrada do Poceirão, quer em direção à Loja Nova, nós fizemos 2,5km se a mantivermos, e não fomos mais longe, sabe porquê? Porque tivemos que fazer, mais 2,5 km na circular norte da Auto - Europa, que em nosso entender devia ser feito com as Infraestruturas de Portugal, foi a tal batalha que ainda não conseguimos vencer junto de nenhum secretário de estado das infraestruturas, quando tinham financiamento, até no 2030 para requalificação de acessos a zonas de atividades económicas e industriais, no fim, aquilo foi só lá para dois concelhos do Norte, mais nada, não sei porquê, esqueceram-se da AutoEuropa, parece que não é importante para o país, não, a câmara que faça com os seus próprios recursos.

Portanto, tem razão, há aqui coisas que deveríamos fazer mais, mas está planeado e haveremos de fazer ao longo do mandato.

Sobre as referências feitas ao urbanismo, meus senhores, nós de facto temos alguns problemas de funcionamento no urbanismo, como tem todos os municípios, mas com o mal dos outros podemos nós bem, porque eu sei o que é que se passa noutros sítios.

Houve mudanças estruturais, há também que haver mudanças na parte de instrução e na forma como alguns técnicos trabalham com o nosso município, porque eu até espanto que alguns que conhecem tão bem o concelho e o PDM, deviam fazer as coisas de forma diferente, mas de facto nós temos ainda um passivo que resultou daquele ano e meio de dificuldade de comunicação, de apoio, de esclarecimento de resposta, que resulta do tempo da Covid, mas temos estado a recuperar, ainda há problemas, e às vezes casos que para mim, são ridículos e que eu me envergonho, e que não sei explicar como é que podem acontecer, mas garanto-lhe que temos tomado muitas medidas e que tem havido grandes alterações, nem que seja por causa da legislação, que por um lado simplifica, por outro, complexifica, porque há muitos atrasos que também têm que ver com pareceres das entidades, até algumas ameaçadas deferimento tácito, depois arranja uma maneira qualquer de bloquear a muitas coisas. Mas quero dizer-lhe que produzimos muito mais, e que despachamos muito mais no último ano, tendo havido ainda assim, um cerca de menos 10% do número de processos entrados em 2023, que houve menos, houve mais outro tipo de processos.

Na página 431, pedidos de informação urbanística mais 15%, informações prévias, que dá uma trabalhadeira, porque tem consultas, depois às vezes até tem consultas à DEPOP, que tem que falar das infraestruturas, nós não estamos a falar de comunicações prévias ou de coisas de loteamento que estão certinhos e que é por o processo e se quiser começa a construir oito dias depois, não precisa de estar à espera da autorização da câmara, repare que não, mas mesmo assim o pessoal só quer com autorização da câmara, porque sabem os problemas que às vezes isso cria.

São sobretudo edificações em áreas de edificação dispersas sem infraestruturas, mas que no passado do atual PDM permite ainda assim o direito de construção nalgumas zonas e tudo isso tem que ser informado por vários departamentos da câmara não é, desde a DIVEP, à DEPOP, se é possível estender ou não infraestruturas, o tipo de fossa que se pode utilizar, que já não é como era de antes, há de facto também aqui algumas alterações que aparentemente complexificam com mais pareceres e mais circulação interna, mas houve mais despacho de informações prévias, só aqui, e isso tudo tem que ver com a eminência da revisão do PDM, mais 116%, são muitos processos informados.

Licenciamento de operações urbanísticas mais 13% e, portanto, houve também um esforço da redução do número de comunicações por procedimento, e também houve um esforço de melhor instrução por parte dos requerentes, que já há menos notificações para trás e para a frente. Às vezes o tempo é que, há está bem, se falta isto, por que é que não me disseram já, estou à espera ainda de resposta, mas também à medida que se melhoram os canais e a instrução também há menos necessidade de esta sistematicamente a fazer correção e portanto eu pelo menos tenho aprendido muito, tenho visto o esforço dos serviços em recuperar e recuperou-se muito, houve ligeiras descidas no número de pedidos, mas houve um acréscimo de trabalho nos despachos e portanto estamos a recuperar o passivo.

Já agora, também, um indicador que está aqui no relatório e que tem que ver com redução de 15,3% do número de reclamações. Bom, não deixa de ser um indicador, vale aquilo que vale, se calhar tem que ver também, com a melhoria da resposta de alguns serviços e de algumas matérias, mas não refutamos algumas questões que são de facto ainda preocupantes, mas repare, tentar recuperar passivo e estar sistematicamente sujeito a

alterações legislativas, alterações de regulamentos, alterações de portarias, ora no sistema de indústria responsável, ora em particular para as atividades económicas que é uma dor de cabeça, e nós temos dado prioridade às atividades económicas, despachamos muito mais processo, do que obras particulares, eu quase que me apetecia, embora esteja quase no final do mandato, criar uma divisão só para as atividades económicas e uma divisão só para as para as particulares, que é para depois percebermos se também isso daria aqui uma outra eficiência, mas isto pode ser conjuntural, porque estas coisas do número de empresas, do investimento, até isto no imobiliário, que está a mexer muito, está a descer não pensem que os números são iguais aos últimos do anos, curiosamente em plena Covid aumentou, não tivemos foi capacidade de resposta para despachar muitos processos...”.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Senhor Presidente, quer concluir.”

O Sr. Presidente da Câmara:

“Dito isto, senhoras e senhores membros da Assembleia, eu penso que documento, tem aqui informação que podia e deveria ser referida e valorizada e como numa avaliação criterial em que se nota progresso não é, achando que ainda há muita coisa que transitou de ano e que não foi tudo feito, mas por razões que estão devidamente explicitadas e portanto, quer o orçamento, que é um orçamento de rigor, de contas certas, de equilíbrio orçamental, e de gestão exímia, quer o relatório de atividades, enfim, na minha opinião deviam merecer, não deviam merecer qualquer voto contra, mas pronto, cada um, votará como entender.

Muito obrigado”.

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. Presidente já o fez, mas respondendo ao caríssimo membro Diamantino, efetivamente que desde a última legislação não conseguimos desafetar o relatório de atividades do relatório de contas e, portanto, até a denominação é prestação de contas, isso está vertido na legislação, quer no nosso próprio Regimento, portanto não temos aqui fuga, temos que votar tudo em conjunto.

Não havendo mais intervenções vamos votar a Prestação de Contas de 2023 do município de Palmela.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 11 votos a favor (da CDU), 12 abstenções (9 do PS, 2 CH e 1 do BE) e 7 votos contra (4 do MCCP e 3 do PPD/PSD).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Ponto três.

Só um momento, o Luis queria intervir?

O Sr. Luis Marques do MCCP:

“Só uma Declaração de Voto.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Uma Declaração de Voto, se faz favor.”

O Sr. Luis Marques do M CCP:

Declaração de Voto

"Na construção do Plano para dois mil e vinte e três, o M CCP foi ouvido no âmbito do estatuto da oposição, tendo o Sr. Presidente da Câmara aceite quatro projetos dos cinco que apresentamos, nomeio:

Requalificação da Av. Alexandre Herculano com o cruzamento com a Av. Natália Correia, até ao viaduto que sobe o Caminho de Ferro.

Requalificação da estrada nacional 379, no troço entre o cruzamento com a Av. do Palmelense e o Largo do Chafariz D. Maria.

Implementação do Plano de sensibilização e educação ambiental com a duração de quatro anos.

Criação de um fundo de emergência Social em parceria com a atuação das instituições sociais do concelho.

De acordo com a informação prestada pela Câmara em novembro de 2023 a nossa opinião o que foi realizado nos dois primeiros pontos foi muito pouco, isto se tivermos em conta a importância dos mesmos para o concelho.

Relativamente aos outros dois pontos, considerando que nada foi realizado nas áreas da sensibilização e educação ambiental, o que foi feito o que se pode ver no relatório de atividades foram ações de diversos serviços municipais sem qualquer coordenação entre si e, portanto, com um impacto mínimo na população e nos agentes económicos.

No âmbito do Fundo de Emergência Social, nada foi realizado, face à visão que temos para o problema que existe no nosso concelho em relação às IPSS e muito mais.

Acreditamos que as contas..."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Vai ter de concluir.

Vamos lá ver uma coisa, vamos ser todos honestos muito nisto, o Sr. Presidente já não vai falar e, portanto, a Declaração de Voto, tem objetivamente que dizer que nós votamos contra, abstenho-nos, por isto e isto são 30 segundos, isso é uma intervenção feita antes para dar possibilidade a todos nós ter contraditório serve para nos contradizermos, aqui já não vai haver o contraditório, porque não vou ser eu a fazer esse contraditório, peço desculpa."

O Sr. Luis Marques do M CCP:

"Então termino só rapidamente, dizendo que elogiamos o trabalho dos serviços técnicos que o executaram e que o nosso voto contra é sobre todos estes pontos que nomeamos.

Muito obrigado."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Peço desculpa pela minha interrupção, mas não podia continuar a deixar que a leitura fosse feita nos moldes em que estava a ser feita.

Ponto três, Sr. Presidente."

PONTO 3 –Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear – Alteração

O Sr. Presidente de Câmara:

"Muito obrigado.

Muito sucintamente trata-se de uma proposta à Assembleia para termos uma alteração no Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, já havia sido aprovada em dois mil e vinte e depois teve sucessivas alterações.

Dada a complexidade e volume das atuais competências cometidas aos municípios no âmbito da habitação, bem como o significativo acréscimo de tarefas que se avizinham neste domínio da intervenção municipal, em particular o aumento de candidaturas a atribuição de habitação municipal, acompanhamento dos novos arrendatários e, ainda, a necessidade de elaboração de novos instrumentos de regulamentação e planeamento – Carta Municipal de Habitação, Programa Municipal de Arrendamento Acessível –, estas tarefas titânicas e esta nova frente de trabalho não são compatíveis com o estatuto, funções e dimensão da unidade orgânica atualmente existente (Gabinete de Habitação, provido com cargo intermédio de 3º grau), justificando a criação de uma nova divisão, que se manterá na dependência do Departamento de Educação e Coesão Social, e uma Divisão que tenderá a ampliar o seu trabalho em vários domínios entre o social e a habitação.

Considerando que, compete ao Órgão Assembleia Municipal definir o modelo e conteúdo da estrutura orgânica nuclear, apresentamos aqui ao abrigo da legislação aqui aduzida esta proposta de alteração ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, que se enuncia:

«Artigo 13º

Divisões

O número máximo de divisões a criar é fixado em dezanove (19).”

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado, Sr. Presidente.

Intervenções sobre o ao Regulamento da Estrutura Orgânica Nuclear, é uma simples operação diria eu.

Intervenções? Não? votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria com vinte e oito votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD e um BE), e duas abstenções do CH.

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto quatro, Projeto de Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização.

Sr. Presidente se faz favor.”

PONTO 4 – Projeto de Regulamento do Programa do Apoio Social à Esterilização – Aprovação

O Sr. Presidente de Câmara:

"Sobre esta matéria abster-me-ia de estar a ler a proposta, apenas referir que para podermos dar o apoio a quem tem animais de companhia e tem carência económica para os tratar, alimentar e cuidar em termos de veterinário devidamente era importante o município ter um regulamento desta natureza, que demorou o seu tempo a ser aprovado e sobretudo a acolher também eventuais pareceres ou reparos desde a Comissão Nacional

de Proteção de dados a outros, mas que teve em consulta pública e que mereceu aprovação nos termos em que está, e que, para isso trazemos ao Órgão que compete aprovar.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem, muito obrigado.

Alguma intervenção neste ponto? Não? Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Ponto cinco, Sr. Presidente se faz favor.”

PONTO 5 – Projeto de Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Palmela - Aprovação

O Sr. Presidente de Câmara:

“Também já necessitava de uma atualização a algum tempo e num processo participado, em particular ouvindo também os operadores, os utilizadores, etc. houve necessidade e também de fazer algumas atualizações que regulam e se adaptam à lei e ao funcionamento ouve a necessidade de elaborar esta nova proposta de regulamento que esteve em discussão pública, não ouve também nesse âmbito qualquer prenuncio que permitisse aqui propostas de melhoria, às vezes são mais internas dos serviços do que propriamente do exterior. Penso que está em condições de merecer aprovação da destinta Assembleia.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito bem.

Intervenções sobre o ponto cinco?

Não há intervenções sobre o ponto cinco?

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

“Ponto seis, Sr. Presidente faz favor.”

PONTO 6 – Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Palmela – Aprovação

O Sr. Presidente de Câmara:

“Outro instrumento que consideramos fundamental, porque esta questão dos estágios, na Administração é um conjunto de direitos e deveres que devem de ser salvaguardados de todas as partes, nós temos naturalmente

propiciado alguns estágios de forma às vezes, passo o pleonasmo pouco formalizada e há sempre muita dificuldade em arranjar tutores, orientadores e depois também consideramos que os estagiários também não devem de ser explorados e portanto há aqui um conjunto de matérias que achamos útil verter para regulamento e fizemos benchmarking e consideramos que este modelo que aqui trazemos é aquele que melhor se adequa e que salvaguarda direitos e deveres das partes e melhor se adequa para as práticas do nosso município.

Disse.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sobre este tema haverá com certeza intervenções.

Patricia Valente do Partido Socialista.”

A Sra. Patricia Valente do PS:

“Muito boa noite a todos e a todas.

Apenas queremos aqui destacar algo que consideramos ser muito importante para mudar a qualidade de vida dos estagiários, seria importante pensar em existir pelo menos num subsídio de alimentação e também o alargamento da gratuidade dos passes para esses estagiários.

Poderiam ser duas medidas a pensar e que poderiam ser rapidamente adotadas, melhorando um bocadinho as condições dos estagiários.

Obrigada.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Mais alguma intervenção? Não?

O Sr. Presidente de Câmara:

“Estamos de acordo, são matérias que querem até passar por outras medidas legislativas, nomeadamente os estágios na Administração Pública e acredito que podem haver avanços nessa matéria e nós acolheremos aquilo que vier a ser introduzido na lei, porque nós só podemos aplicar e pôr nos regulamentos aquilo que a lei permite e nestes casos mais concretos há uma lei habilitante e é com essa lei habilitante que depois trabalhamos e regulamentamos algumas coisas que são do nosso âmbito, mas esse é um caminho desejável. Eu também considero que os estagiários têm que ter como está previsto nalgumas tarefas.”

O Sr. Presidente da Mesa:

“Muito obrigado.

Votamos.”

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto número sete, Sr. Presidente."

PONTO 7 – Desafetação do domínio público e afetação ao domínio privado da parcela de terreno sito em Monte Francisquinho – Urbanização Vale Flores, Pinhal Novo

O Sr. Presidente de Câmara:

"Também muito telegraficamente, porque acho que a proposta é clara trata-se de desafetação do domínio público para o domínio privado a cedência que foi feita no âmbito do loteamento e, que, nós temos utilizado para ali sediar equipamentos de utilização coletiva, mas para virmos elaborar os contratos de comodato com os conjuntos de associações e instituições que ocupam hoje instalações municipais e naquele espaço é necessário contratos de comodato individuais e é necessário que se trate de domínio privado da Câmara e portanto temos que passar aquela cedência de domínio público para o domínio privado para depois podermos elaborar os contratos de comodato que dão direitos e dão deveres a cada uma das associações e instituições utilizadoras de acordo com a legislação, se não há aqui uma inconformidade insanável, porque o dinheiro público não pode ser cedido a entidades privadas ou mesmo que seja particulares, se não por esta via."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Muito obrigado.

Intervenções? Dúvidas? Não?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Ponto oito, Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto da Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que já mereceu aprovação desta Assembleia em tempo.

Sr. Presidente, se faz favor."

PONTO 8 – Autorização para assunção de compromissos plurianuais resultante do contrato de empréstimo de médio e longo prazo, celebrado junto da Caixa Geral de Depósitos, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro

O Sr. Presidente de Câmara:

"É isso, o Senhor acabou de dizer o essencial, é que a Assembleia já se renunciou sobre a contratação do empréstimo e os respetivos encargos e obviamente a repartição da despesa plurianual por estes anos, mas como o Tribunal de Contas às vezes solicita, às vezes não é sempre, solicita o documento com esta deliberação, embora tenhamos pareceres que dizem que não é necessário à cautela achamos prudente voltar a trazer à Assembleia a aprovação desta proposta.

Não podemos correr riscos e depois isto atrasar alguma contratualização."

O Sr. Presidente da Mesa:

"O seguro morreu de velho, não é verdade."

O Sr. Presidente de Câmara:

"É verdade."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Alguma intervenção sobre este pedido de autorização? Não?

Votamos."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade com trinta votos a favor (onze da CDU, nove do PS, quatro do MCCP, três do PPD/PSD, dois do CH e um BE).

O Sr. Presidente da Mesa:

"Obrigado.

Chegamos ao fim da nossa sessão. Queria agradecer a participação de todos e de todas.

Gostava de dizer que não sou eu o responsável pelas garrafas que estão em cima da mesa e, portanto, "*o seu a seu dono*", não sei se é o Sr. Presidente de Câmara que nos fez a oferta, mas ele dirá com certeza, mas não fui eu."

O Sr. Presidente de Câmara:

"Naturalmente que é uma oferta do município.

Na minha opinião todos os eleitos deviam participar na Comissão de Honra, está a ter um grande sucesso a Casa Mãe continua a encomendar mais e acreditem que é um bom vinho, é de Palmela está tudo dito."

O Sr. Presidente da Mesa:

"Deixem-me só fazer uma nota de rodapé, reuniremos ainda durante o mês de maio extraordinariamente, porque teremos que levar a lista de condecorações para o dia do Concelho.

A equipa das condecorações já reuniu na passada semana, reunirá na próxima quinta-feira, definir-se-á o leque de entidades, pessoas individuais e coletivas que terão acesso às diferentes medalhas do concelho, e teremos que reunir no mês de maio em data que eu à partida irei afixar com os serviços e com o Sr. Presidente de Câmara também, depois do dia vinte possivelmente.

Muito obrigado, foi um gosto, muito obrigado para quem esteve aí em casa, boa noite."

Não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. Presidente da Mesa declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e um minuto do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro, da qual se lavrou a presente ata, que eu, Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa, na qualidade de Primeira Secretária da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e nove de abril de dois mil e vinte e quatro.

O Presidente

José Carlos Matias de Sousa

A Primeira Secretária

Ana Sofia Calisto Marrucho Berto Ferreira da Costa